



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A
UNIVERSIDADE**

MÁRCIA CRISTINA CARVALHO FERREIRA DA COSTA

**OS IMPACTOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NO RENDIMENTO ACADÊMICO DOS
DISCENTES DO INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR EM
SAÚDE, CAMPUS ANÍSIO TEIXEIRA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA**

Salvador-BA
2016

MÁRCIA CRISTINA CARVALHO FERREIRA DA COSTA

**OS IMPACTOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NO RENDIMENTO ACADÊMICO DOS
DISCENTES DO INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR EM
SAÚDE, *CAMPUS* ANÍSIO TEIXEIRA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade.

Área de concentração: Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade.

Orientador: Maria Constantina Caputo

Salvador-BA
2016

Costa, Márcia Cristina Carvalho Ferreira

Os impactos da política de assistência estudantil no rendimento acadêmico dos discentes do Instituto Multidisciplinar em Saúde, Campus Anísio Teixeira da Universidade Federal da Bahia / Márcia Cristina Carvalho Ferreira Costa. -- Salvador, 2016.

82 f.

Orientador: Maria Constantina Caputo.

Dissertação (Mestrado - Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) -- Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, 2016.

1. Assistência Estudantil. 2. Rendimento Acadêmico. 3. Qualidade de vida. I. Caputo, Maria Constantina. II. Título.

MÁRCIA CRISTINA CARVALHO FERREIRA DA COSTA

**OS IMPACTOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NO RENDIMENTO ACADÊMICO DOS
DISCENTES DO INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR EM
SAÚDE, *CAMPUS* ANÍSIO TEIXEIRA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 08 de agosto de 2016.

Banca examinadora

Georgina Gonçalves dos santos

Doutora em Sciences de L'education pela Université de Paris VIII.

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Isabela Cardoso de Matos Pinto

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia - UFBA

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Jorge Luiz Lordêlo de Sales Ribeiro

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia - UFBA

Universidade Federal da Bahia - UFBA

“Para que os seus corações sejam consolados, e estejam unidos em amor, e enriquecidos da plenitude da inteligência, para conhecimento do mistério de Deus e Pai, e de Cristo, Em quem estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e da ciência.” Colossenses 2:2,3

AGRADECIMENTOS

Acreditar que um dia eu poderia ser mestre foi difícil. Mas, Deus em sua infinita graça me deu o ingresso como presente e colocou no caminho pessoas essenciais para chegar até aqui. Sendo assim, inicialmente minha gratidão a Deus por sua eterna bondade.

Ao meu amigo, companheiro, escudeiro e esposo Ederson Costa, sonhamos juntos esse mestrado e por ele seus sonhos ficaram para segundo plano, suas orações e “injeções” de ânimo me fizeram prosseguir e hoje posso dizer que nós conseguimos.

Às minhas filhas, Ingrid Costa e Andressa Costa, minha eterna gratidão por tantas vezes terem que compreender minha ausência ainda que tão pequenas.

Aos meus pais, Lourival Ferreira dos Santos e Sônia Maria Carvalho dos Santos, por terem me dado toda base para hoje chegar aqui, por terem me ensinado a não desistir e terem me incentivado nessa árdua caminhada.

Aos meus irmãos, Reivalson, Lourival, Átila, Márcio e Fábio (In Memoriam) e cunhadas Keitiane e Margareth, por terem acreditado em mim e por tantas vezes terem sido meus apoiadores e intercessores em oração.

A minha orientadora, Prof^a Maria Constantina Caputo pelas orientações tão preciosas e por toda paciência durante todo momento deste trabalho.

Aos meus colegas de trabalho por terem comprado comigo essa luta: Prof. Orlando Caires por ter acreditado em meu sonho e ter dado apoio nos momentos mais difíceis, ao colega Jônitas Matos, pelo incentivo inicial, a colega Kátia Torres pela participação indireta na pesquisa sempre pronta a ajudar e aos colegas Juliana Oliveira, Luiz Rogério e José Palmito por me ampararem com seus conhecimentos.

Aos meus amigos e irmãos em Cristo, pelas orações que me fizeram ficar de pé e não desistir, especialmente ao Pastor Jorge Souza Lisboa e sua esposa Maria Luiza Meira Barros Lisboa e Edson Costa e esposa Lucia Leonora Costa.

Aos amigos Alaor Júnior e Jaina Caetano, pelo companheirismo e momentos de alegria vividos durante essa caminhada.

Aos estudantes que contribuíram para a conclusão da pesquisa, pela receptividade e pela disponibilidade.

Ao Instituto Multidisciplinar em Saúde, *campus* Anísio Teixeira da Universidade Federal da Bahia pelo apoio para a concretização deste sonho.

A universidade Federal da Bahia, em especial ao corpo docente do Programa de mestrado Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade pela oportunidade de acesso e conclusão do curso.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para conclusão deste trabalho.

RESUMO

O presente estudo teve como tema a relação da Política de Assistência Estudantil e o rendimento acadêmico. A Política de Assistência Estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico. Os direitos garantidos pela assistência estudantil ultrapassam os recursos mínimos necessários para sobrevivência do estudante (moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros), pois incluem, desde a promoção de condições de saúde, acesso aos instrumentos pedagógicos necessários, até o acompanhamento às necessidades especiais. A pesquisa, de cunho quali-quantitativo, por meio de fontes secundárias existentes no arquivo do Serviço Social da UFBA pretendeu analisar as relações existentes entre as políticas de assistência estudantil e o desempenho acadêmico do aluno. Utilizou-se ainda de entrevistas para comparar os dados encontrados através de documentos com as informações obtidas através dos alunos beneficiados com a política. Concluiu-se que no IMS a Política de Assistência Estudantil é desenvolvida através dos auxílios financeiros para moradia, alimentação, transporte e creche, necessitando assim que sejam desenvolvidas atividades para alcançar todas as orientações do PNAES nas áreas de atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte e acesso, participação e aprendizagem de alunos com deficiência. Ainda assim, foi possível concluir que existe relação entre o recebimento dos auxílios e o rendimento acadêmico, levando em consideração que através da análise dos dados secundários, assim como desde a percepção dos alunos, foi possível verificar uma melhora no coeficiente acadêmico após o recebimento dos auxílios assistenciais.

Palavras-chaves: Qualidade de Vida, Assistência Estudantil e Rendimento acadêmico.

ABSTRACT

The present study had as its theme the relationship of Student Assistance Policy and academic performance. The Student Assistance Policy aims to provide the necessary resources to implement the obstacles and overcoming the impediments to good academic performance. The rights guaranteed by the student assistance beyond the minimum resources necessary for student survival (housing, food, transportation and financial resources), as it includes, from the promotion of health conditions, access to the necessary teaching resources to monitoring special needs. The research, qualitative and quantitative nature, using existing secondary sources in the Social Service UFBA file intended to analyze the relationship between the student assistance policies and the academic performance of the student. It was also used interviews to compare the data found through documents with the information obtained through the students benefited from the policy. It was concluded that the IMS Student Assistance Policy is developed through the financial aid for housing, food, transportation and child care, thus requiring that activities are designed to reach all PNAES guidelines in the areas of health care, digital inclusion, culture, sport and access, participation and learning disabled students. Still, it was concluded that there is a relationship between the receipt of aid and academic performance, taking into account that through the analysis of secondary data, as well as from the students' perception, we found an improvement in academic coefficient after receipt of welfare assistance.

Keywords: Quality of life, Student Assistance and Academic achievement.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 – Linha do tempo dos fatos marcantes da A.E. na UFBA	26
Figura 1 – Frente do IMS	34
Figura 2 – Prédios de aulas e laboratórios	34
Figura 3 – Organograma da PROAE	37
Gráfico 1 – Declaração de cor	42
Gráfico 2 – Ano de recebimento das bolsas	42
Gráfico 3 – Procedência dos alunos	43
Gráfico 4 – Tipo de moradia	43
Gráfico 5 – Gastos com Habitação	44
Gráfico 6 – Renda familiar	44
Gráfico 7 – Grupo familiar	45
Gráfico 8 – Distribuição por cursos	47
Gráfico 9 – Coeficiente de rendimento	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões objetivas e subjetivas da Qualidade de Vida	16
Quadro 2 – Linha do tempo da A E Articulada com fatos políticos e sociais relevantes no Brasil e na UFBA	19
Quadro 3 – Domínios e facetas do rendimento acadêmico	25
Quadro 4 – Exemplo de como encontrar o CR	27
Quadro 5 – Distribuição de dados por fonte	30
Quadro 6 – Distribuição dos alunos por curso	35
Quadro 7 – Comparativo da PNAES com A E na UFBA e IMS	38
Quadro 8 – Distribuição de auxílios	40
Quadro 9 – Relação do CR e recebimento do auxílio	46

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

AE – Assistência Estudantil

CAAED – Coordenação de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade

CAT – *Campus* Anísio Teixeira

COAE – Coordenação de Assistência Estudantil

CPAE – Coordenação de programas de Assistência ao estudante

CR – Coeficiente de Rendimento

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IFES – Instituições Federais de Ensino

IMS – Instituto Multidisciplinar em Saúde

NASIE – Núcleo de atenção à saúde integral do estudante

OMS – Organização Mundial de Saúde

PNAES – Política Nacional de Assistência Estudantil

PROAE – Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assistência estudantil

QV – Qualidade de Vida

SIAC – Sistema Acadêmico

SMURB – Serviço Médico Universitário Rubens Brasil

STI – Superintendência de Tecnologia da Informação

TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE

UFBA – Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	<i>Qualidade de Vida e vida universitária</i>	15
1.2	<i>Antecedentes históricos da Política Nacional de Assistência Estudantil</i>	19
1.2.1	<i>Ações Afirmativas</i>	19
1.2.2	<i>Assistência Estudantil</i>	22
1.3	<i>As possíveis interferências das ações de Assistência Estudantil sobre o rendimento acadêmico dos estudantes</i>	31
2	OBJETIVOS	35
2.1	<i>Objetivo Geral</i>	35
2.2	<i>Objetivos Específicos</i>	35
3	METODOLOGIA	36
3.1	<i>Contexto e sujeitos da pesquisa</i>	36
3.2	<i>Procedimentos e técnicas de produção de dados</i>	38
3.2.1	<i>Pesquisa documental (coleta de dados secundários)</i>	38
3.2.2	<i>As Entrevistas</i>	39
3.3	<i>Plano de análise</i>	40
3.4	<i>Aspectos éticos</i>	40
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
4.1	<i>Relação existente entre PNAES, UFBA E IMS e atual situação</i>	42
4.2	<i>Perfil dos participantes da pesquisa</i>	48
4.3	<i>Relação Assistência Estudantil e Coeficiente de Rendimento</i>	53
4.4	<i>Assistência Estudantil na percepção dos alunos</i>	55
4.4.1	<i>Assistência Estudantil e desempenho acadêmico</i>	59
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS	63
	APÊNDICES	67
	ANEXOS	72

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o ensino brasileiro passou por diversas transformações, melhorando a sua qualidade e dando maiores oportunidades, especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade social. O investimento do governo federal na educação pública e particular não se resume apenas em escolas primárias e de segundo grau, mas fez surgir no ensino superior, novas instituições, alcançando inclusive o interior do país.

Com a abertura de novas universidades, conseqüentemente, surgiram novas vagas, aumentando a oportunidade de acesso dos jovens ao ensino superior. Essa oportunidade se elevou devido aos programas de ações afirmativas¹, oferecidas pelo governo federal (BRASIL, 2002), cujas intervenções começam antes mesmo da inscrição para o vestibular, com a participação na formação de docentes para o Ensino Médio e Fundamental, passando pelo ingresso, com a redução das taxas cobradas, aumento das vagas e o sistema de cotas que toma por base a proporção de candidatos que se declararem origem racial/étnica negra ou índia e forem comprovadamente de famílias com baixa renda.

Neste contexto, surge a Política Nacional de Assistência Estudantil que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal através da articulação de ações assistenciais para a permanência e a conclusão de curso por parte dos estudantes carentes, na perspectiva de inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de Qualidade de Vida (BRASIL, 2010).

Os jovens, por sua vez, na tentativa de obter uma profissão e garantir o seu futuro, se preparam para as provas e, quando aprovados, percebem a realidade em que se encontram, em uma cidade estranha, muitas vezes sozinhos, longe de familiares, descobrem suas futuras lutas. As dificuldades no contexto universitário são de diversas naturezas, desde questões individuais, novas exigências acadêmicas, até o novo ambiente que influenciam o desempenho e o desenvolvimento psicossocial dos estudantes (FERREIRA, 2011). A saída de casa e as novas despesas também podem interferir na Qualidade de Vida dos alunos e

¹ Ações Afirmativas são políticas que possuem o objetivo de corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumulada ao longo dos anos. Busca oferecer igualdade de oportunidade a todos especialmente através do sistema de cotas.

consequentemente no seu rendimento acadêmico. Os gastos são os mais variados possíveis: alimentação, moradia, transportes, livros, entre outros, que a vida universitária apresenta. Com as pressões vividas com a vida acadêmica e as lutas diárias causadas pelas questões socioeconômicas, os alunos podem apresentar uma série de problemas que perpassam sua estadia na universidade, seu rendimento no processo ensino-aprendizagem e, por fim, suas expectativas com relação à formação profissional.

Esse processo demanda a realização de estudos que deem conta dos problemas vividos pelos estudantes e do impacto das ações de Assistência Estudantil na melhoria da Qualidade de Vida e no rendimento acadêmico dos beneficiários do programa. Sendo assim, este trabalho, busca investigar a contribuição das Políticas de Assistência Estudantil para a melhoria da Qualidade de Vida e do rendimento acadêmico dos estudantes do Instituto Multidisciplinar de Saúde do *campus* Anísio Teixeira, da UFBA, situado no município de Vitória da Conquista na região sudoeste da Bahia.

Para isso, inicialmente apresenta-se uma revisão do conceito de Qualidade de Vida (QV), bem como a descrição do desenvolvimento histórico das ações de Assistência Estudantil e a caracterização da atual Política Nacional de Assistência Estudantil, exposta a seguir.

1.1 Qualidade de Vida e vida universitária

O termo qualidade vem do latim *qualitate* e é utilizado em situações distintas. Seu conceito está ligado diretamente à percepção das pessoas e relacionado a diversos fatores como cultura, modelos mentais, tipo de serviço prestado, necessidades e expectativas que influenciam na sua definição (DIAS, 2008).

Qualidade de Vida (QV) é uma preocupação antiga. Desde antes de Cristo, Aristóteles se referia à associação entre felicidade e bem estar. Já no Império Romano o filósofo Epicteto influenciou grandes pensadores com suas obras sobre como viver uma vida com qualidade, tranquilidade e sabedoria, como afirma Fiedler (2008). Porém, há indícios de que a QV surgiu pela primeira vez na literatura médica por volta de 1930 e após a segunda guerra mundial, o termo passou a ser muito utilizado, significando melhoria do padrão de vida, em relação à obtenção de bens materiais (KLUTHCOVSKY et al., 2007, p.13). Em 1964 o termo volta a aparecer

com mais força através do discurso do presidente Americano Lyndon Johnson quando declarou que o bem-estar da população não poderia ser medido através do balanço dos bancos, e sim através da Qualidade de Vida que lhes fosse proporcionada (GORDIA et al., 2011).

Em meados da década de 70, Augus Campbell referiu que as dificuldades para definir a QV tinham a ver por ser um conceito muito falado, mas pouco percebido (MACHADO, 2013). A partir da década de 90 parece consolidar-se um consenso entre os estudiosos da área, que a QV possui dois aspectos relevantes: subjetividades e multidimensionalidade. O primeiro apresenta a ideia de levar em consideração a posição do indivíduo em relação a sua situação pessoal, a QV ser avaliada pela própria pessoa. E o segundo destaca que existem diversos fatores da vida da pessoa que devem ser levados em consideração e esse é composto por diferentes dimensões e aspectos não médicos do seu contexto de vida (SEILD; ZANNON, 2004). Ainda nessa época a QV passou a ser utilizado pela população em geral, jornalistas, políticos e executivos, e, em pesquisas ligadas a diversas especialidades (KLUTHCOVSKY et al., 2007, p. 14; GORDIA et al., 2011, p. 41). Portanto, definir QV não é uma tarefa fácil, é um conceito complexo, ambíguo, extensivo, volúvel, que difere de cultura para cultura, de indivíduo para indivíduo, e até num mesmo indivíduo o conceito modifica-se no decorrer do tempo (Leal, 2008).

Embora já se fale em QV há mais tempo, apenas nas últimas décadas, se tornou de forma crescente o objetivo prioritário dos serviços de saúde, paralelamente à prevenção das doenças, efetivação da cura e alívio de sintomas ou prolongamento da vida humana (GORDIA et al., 2011).

Atualmente, a Organização Mundial de Saúde – OMS (BRASIL, 2008) ampliou o conceito de saúde associando a um conjunto de valores, saúde, solidariedade, equidade, democracia, cidadania, desenvolvimento, participação, parceria e Qualidade de Vida. A melhoria da QV passou então a ser um dos resultados esperados tanto para as práticas assistenciais, como para as políticas públicas e para a área da saúde. O conceito de QV passou a ter duas vertentes: uma objetiva ou social, que contempla fatores econômicos, políticos e ambientais (saúde em geral, nível funcional e socioeconômico); e outra subjetiva ou psicológica, que reflete o julgamento pessoal do indivíduo (autoestima e satisfação com a vida, bem-estar).

Sendo assim, a definição de Qualidade de Vida do ponto de vista objetivo é a capacidade de qualidade às questões consideradas essenciais, qualidade no

ambiente físico e social. Enquanto do ponto de vista subjetivo é a avaliação que cada um faz no conjunto de elementos que ele valoriza ou pode valorizar.

Quadro 1 - Dimensões objetivas e subjetivas da Qualidade de Vida

Dimensões objetivas	Dimensões subjetivas
Saúde física mental Condições de habitação Tipo de alimentação Acesso a bens de consumo essenciais Acesso a bens culturais Integração familiar e social Acesso à participação cívica Escolarização Profissão Rendimento suficiente	Essas dizem respeito à forma como a pessoa avalia a sua Qualidade de Vida podendo acontecer que a avaliação subjetiva não coincida em alguns casos com a avaliação objetiva, feita pelos especialistas. Isso porque se privilegia o aspecto qualitativo em detrimento do quantitativo. É por isso que se privilegia o bem-estar geral da população.

Fonte: DIAS, (2008)

Ainda de acordo com a OMS (1995) a QV tem quatro dimensões básicas a que se deve dar atenção: *a dimensão física*, relativa à percepção do indivíduo em relação a sua condição física; *a dimensão psicológica*, que representa a percepção do indivíduo sobre sua condição afetiva e cognitiva; *a dimensão social*, que reflete a percepção do indivíduo sobre os seus relacionamentos sociais e os papéis adotados na vida e *a dimensão ambiental*, que traduz a percepção do indivíduo sobre os aspectos diversos relacionados com o ambiente em que vive.

Minayo et al., (2000) afirma que o termo não possui um único significado, mas que expressa o conhecimento, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes. Ultimamente, tem-se considerado outros fatores como marcos para a QV, como satisfação, qualidade nos relacionamentos, realização pessoal, percepção de bem-estar, possibilidade de acessos a eventos culturais, oportunidade de lazer, felicidade, solidariedade e liberdade (KLUTHCOVSKY; TAKAYANAGUI, 2007).

O conceito inicial de QV está relacionado à distância existente entre as expectativas individuais e a realidade (GORDIA et al., 2011). Essas realidades podem ser relativas a questões históricas, culturais e as classes sociais. Ou seja, é a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (BAMPI et al., 2013). Embora não haja consenso sobre a Qualidade

de Vida, muitos pesquisadores aceitam aspectos relacionados à subjetividade e multidimensionalidade (KLUTHCOVSKY; TAKAYANAGUI, 2007; GORDIA et al., 2011). Para Gordia et al., (2011), há indícios de que a QV está associada tanto a fatores biológicos e comportamentais como a aspectos sociodemográficos e culturais, porém a proporção da interferência desses fatores na QV ainda é desconhecida.

Segundo Santos (2011), valorizar parâmetros além do controle de doenças e associar o conceito de QV à satisfação com a vida e com o significado de bem-estar subjetivo, tem causado um movimento dentro das ciências humanas e biológicas.

Atualmente, a medicina tem usado a avaliação da QV de forma a obter resultados e repercussões na saúde dos indivíduos, avaliando quais as dificuldades que o indivíduo tem de conviver com alguma doença e a influência que o tratamento ou as intervenções tem na mesma. Nesta avaliação, é levada em consideração a saúde em geral, a capacidade física, sintomas físicos, fatores emocionais, função cognitiva e bem-estar social, envolvendo aspectos diretamente associado à doença ou às formas de tratamento (MACHADO, 2013).

Segundo Leal (2008), a QV pode ser avaliada mediante critérios apropriados, como a educação, formação de base, a atividade profissional, as competências adquiridas, a resiliência pessoal e a saúde, a depender da percepção que cada um tem de si e dos outros. Já para Farquhar (1995), trata-se da percepção global da vida da pessoa e depende da contribuição de inúmeros domínios e componentes.

Para Dantas et al., (2003), QV é uma noção eminentemente humana e abrangem muitos significados que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades. Segundo Gordia et al., (2011), o conhecimento de fatores tais como: biológicos, comportamentais, sociodemográficos e culturais, associados à QV das pessoas é de extrema importância para que políticas públicas sejam desenvolvidas visando melhorar as condições de vida da população. Nesse sentido, Qualidade de Vida foi incorporada aos debates globais, principalmente nos que se referem a desenvolvimento humano, bem-estar social, democracia, direitos humanos e sociais, abrangendo vários setores como a saúde, por exemplo, (BAMPI et al., 2013). Entre esses setores, desde a década de 80, a QV do estudante universitário tem merecido atenção no cenário acadêmico internacional, e no Brasil só recentemente começaram a surgir pesquisas sobre o assunto (PARO et al., 2013; OLIVEIRA, 2006).

Estudos sobre a Qualidade de Vida dos estudantes universitários evidenciam que a universidade propicia tanto vivências promotoras como não promotoras da QV, destacando entre as primeiras às atividades extracurriculares, a relação aluno professor e as relações entre colegas, e como experiências não promotoras a falta de acolhimento dos professores, a pouca integração com alunos de outros cursos e a carga horária excessiva para o aluno trabalhador (PARO et al., 2013). Para os alunos que precisam sair de casa para estudar, somam-se ainda: a não garantia de afeto e cuidados, responsabilidade de organizar a rotina e cuidar de si, descobrir um bom método de estudo e estabelecer novos vínculos afetivos, além das questões financeiras que também são afetadas com os novos gastos (FIEDLER, 2008; SANTOS et al., 2001).

A Qualidade de Vida do estudante é considerada fator relevante, relacionado à resultados importantes, como performance acadêmica, tempo para a graduação, satisfação do estudante e persistência institucional, conduta em classe, relações sociais, envolvimento extra curricular, interação pais-estudantes e conflitos com colegas de residência universitária, essas segundo Bampi et al., (2013) e Santos et al., (2001), estão intimamente ligadas ao sucesso no processo de aprendizagem e na realização das atividades acadêmicas.

1.2 Antecedentes históricos da Política Nacional de Assistência Estudantil

1.2.1 Ações Afirmativas

Embora neste trabalho a intenção não seja pesquisar as Ações Afirmativas – AA é inevitável tratar Assistência Estudantil sem se referir às mesmas. Por essa razão será realizado a seguir um pequeno resgate aos conceitos e principais fatos históricos das Ações Afirmativas.

Em maio de 2002, o Governo Federal institui o Programa Nacional de Ações Afirmativas, onde entre outros contempla a promoção da sensibilização para a necessidade de proteger os direitos humanos e eliminar as desigualdades de gênero, raça e as que estão ligadas às pessoas portadoras de deficiência. Segundo Neves; Lima (2010), as ações afirmativas surgem na ideia de que, para garantir a igualdade de direitos, é necessária a ação do estado no sentido de oferecer condições especiais àqueles que, estão originalmente em situação desfavorável de competição com outros membros da sociedade.

“Compreendemos as ações afirmativas como ações não governamentais, legislativas, jurídicas e da sociedade civil para promover direitos de primeira, segunda, e terceira gerações. Nada mais são do que a garantia dos direitos sociais, econômicos, culturais, e dos direitos da fraternidade e da diferença, e como tal são resultado de lutas sociais e da reconfiguração de forças sociais na definição das políticas dos Estados nacionais ao longo da história mundial.” (SILVA FILHO, 2008, p.34)

Historicamente, as AA, aparecem na Índia com intuito de combater os preconceitos e restrições que excluía parte da população. Com a independência do país a política se intensificou garantindo uma representação mínima dos excluídos nos cargos públicos. Nos anos 60, com as mobilizações pelos direitos cívicos da população afro-americana, o governo introduz as AA, através da obrigatoriedade de cotas para negros e outras minorias no mercado de trabalho e universidades.

“Durante os anos de 1960, período da ditadura militar, o movimento estudantil promoveu diversas reuniões com o objetivo de discutir a reforma universitária e os direitos dos estudantes. Em 1961, a UNE realizou em Salvador, o Seminário Nacional de Reforma Universitária, com o intuito de debater o conteúdo sancionado por essa lei, resultando na Declaração da Bahia. Esse último documento solicitava que as universidades fossem um espaço de todos, através da criação de cursos acessíveis a todos.”(COSTA, 2010, p. 58)

Na década de 80 muitos países passaram a discutir as AA como forma de garantir a representatividade da diversidade em espaços sociais específicos e a partir de 90 outros países entram no discurso com bases na ausência de preconceitos, como exemplo, o Brasil (NEVES, 2010).

Em sete de setembro de 2001 aconteceu a III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban, na África do Sul, com a representação de 170 países com o objetivo de definir estratégias globais de combate ao racismo e à discriminação em suas distintas vertentes e manifestações. Na oportunidade a delegação oficial brasileira encaminhou um documento propondo “ações afirmativas” em favor da população afrodescendentes, entre elas o reconhecimento oficial da

legitimidade da reparação para com a escravidão e cotas para negros nas universidades públicas (MAGGIE; FRY, 2004).

A Declaração e o Plano de Ação de Durban atestam, antes de mais nada, que o consenso sobre a matéria, embora difícil, é alcançável e, nesse sentido, estabelecem as condições para a continuação da ação internacional concertada no combate ao racismo e à intolerância. (SABOIA; PORTO, 2013, p. 22).

Os debates sobre ações afirmativas no Brasil tiveram origem através das reivindicações dos movimentos negros e se detendo a exigências das cotas, onde se destacavam as cobranças sobre a necessidade de reparação histórica e a mecanismos invisíveis de discriminação aos negros (MARCON, 2010). Segundo Almeida Filho (2005) a dívida social brasileira e o débito histórico com as populações indígenas e africanas merecem superação e reparação através da educação.

A discriminação racial opera cor fator específico de exclusão. Por isso as políticas universalistas, iniciadas no século 20, fracassaram em criar condições capazes de promover igualdade de oportunidade para brasileiros negros e pobres. É preciso intervir nos processos que produzem essa exclusão estrutural para alterar o quadro de desigualdade social advinda do racismo e da discriminação. (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 20).

Embora, as cotas de acesso às universidades tenham assumido o primeiro plano do debate público, elas não são as únicas medidas implementadas. Nos últimos anos, diversas ações governamentais, de instituições públicas e de empresas privadas têm sido implementadas, entre elas: garantia da participação de mulheres nas candidaturas para cargos políticos eletivos, políticas públicas educativas para indígenas, condições de acesso privilegiado para afrodescendentes em órgãos públicos e contratação de um percentual mínimo de portadores de deficiência física (NEVES; LIMA, 2010). Outras como cursos pré-vestibulares gratuitos para populações carentes e bolsas de estudos para estudantes negros, fizeram parte das criações das ações afirmativas.

Porém, segundo Almeida Filho (2007), ações afirmativas não devem se resumir a ingresso de jovens negros, índios e pobres no ensino superior, mas devem ser verdadeiras e completas, sob a forma de bolsas de trabalho, de iniciação científica e de monitoria e, para os que vem do interior do estado, bolsa-alimentação e residência estudantil. Além de reservas de vagas, a sociedade deve lhes oferecer condições mínimas de sucesso.

As AA na universidade em forma de cotas garantiram aos alunos o acesso ao ensino superior, mas para a sua manutenção e permanência há a necessidade de políticas públicas que lhes garantam esse direito. Para isso, existe a Assistência Estudantil que será discutida a seguir.

1.2.2 Assistência Estudantil

A Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, tem sido uma estratégia usada pelas universidades como forma de amenizar as desigualdades dando a todos os alunos a mesma chance de oportunidades. Para compreender a atual situação das universidades brasileiras e o surgimento da assistência estudantil, é necessário retornarmos aos primórdios do seu surgimento e resgatar alguns fatos importantes que marcaram a trajetória dessas ações no Brasil e na UFBA em particular (Quadro 2).

O surgimento da educação superior no Brasil se deu no período colonial, inicialmente com a iniciativa dos Jesuítas, apesar de ser uma educação mais voltada para a catequese religiosa. Os altos funcionários da igreja, da coroa e os filhos dos grandes latifundiários saíam para estudar na Europa.

Em 1808, com a vinda da família real ao Brasil, surgiu o interesse pela criação das escolas de medicina e nos anos seguintes de outros cursos. Inicialmente os cursos eram gratuitos e financiados com o “quinto da coroa”, imposto cobrado sobre os produtos exportados. Os cursos eram profissionalizantes e atendiam apenas aos filhos da aristocracia colonial, que não podiam estudar na Europa. Em 03 de outubro de 1832, a academia Médico-cirúrgica em Salvador ganhou o nome de Faculdade de Medicina, que guarda até hoje.

Essa dualidade permaneceu por muito tempo com a escola para ricos versus a escola para pobres, o ensino acadêmico para a elite versus o ensino profissional para a classe trabalhadora. Esse modo de estruturação aprofundou as diferenças de escolaridade que acumuladas somaram graves danos para as classes menos favorecidas acentuando o processo de exclusão escolar. Com as suas oportunidades educacionais reduzidas, esse segmentos ficaram à parte do processo de mobilidade social, acentuando o quadro de pobreza. (BAQUEIRO, 2015, pag. 54)

Apenas em 1930 a educação passa a ser reconhecida como um direito público regulamentada pelo Estado, porém ainda não garantida integralmente pela constituição.

Entre as décadas de 1950 a 1970 criaram-se universidades federais em todo o Brasil, ao menos uma em cada estado, além de universidades estaduais, municipais e particulares. A descentralização do ensino superior foi a vertente seguida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigor a partir de 1961 (Lei n. 4024) (VASCONCELOS, 2010, pag. 603).

Durante a década de 70 houve um aumento expressivo no ensino superior resultante do aumento de vagas e criação de novos cursos autorizados pelo governo devido à concentração urbana e a exigência de melhor formação de mão de obra para indústria.

Em meio a opressão política existente na época, surgiram os movimentos sociais com a finalidade de lutarem para o fim do regime militar e a promulgação de uma nova constituição federal. E a partir de então despontou a história da Política de Assistência Estudantil.

Quadro 2 – Linha do tempo da Assistência Estudantil Articulada com fatos políticos e sociais relevantes no Brasil e na UFBA

	BRASIL	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	UFBA
1928	GOVERNO DE WASHINGTON LUIZ – “GOVERNAR É ABRIR ESTRADAS”	INAUGURADA A CASA DO ESTUDANTE BRASILEIRO EM PARIS	
1930	GETÚLIO VARGAS – CRIAÇÃO DE NOVOS MINISTÉRIOS INCLUSIVE O DE EDUCAÇÃO	CONSTRUÇÃO DA CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL, NO RIO DE JANEIRO	
1934	GETÚLIO VARGAS – NOVA CONSTITUIÇÃO APROVADA – VOTO SECRETO, VOTO FEMININO E ENSINO PRIMÁRIO OBRIGATÓRIO	A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL FOI REGULAMENTADA, NO ARTIGO 157 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	
1937	GETÚLIO VARGAS – DERRUBA CONSTITUIÇÃO CRIA O “ESTADO NOVO” – MANDOU FECHAR AS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS, A CÂMARA DOS DEPUTADOS E O CONGRESSO NACIONAL E AMPLIOU SEU PODER POLÍTICO COMO CHEFE DO EXECUTIVO.	CRIAÇÃO DA UNE	
1940	GETÚLIO VARGAS		ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO MORADIA, AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO ACADÊMICO E AUXÍLIO SAÚDE
1946	EURICO GASPAR DUTRA GARANTIU A IGUALDADE DE TODOS OS CIDADÃOS PERANTE A LEI	CONSTITUIÇÃO DE 1946, ARTIGO 166, A EDUCAÇÃO É APONTADA COMO UM DIREITO DE TODOS E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL SE TORNA OBRIGATÓRIA PARA TODOS OS SISTEMAS DE ENSINO, ATRAVÉS DO ARTIGO 172.	REITOR EDGAR SANTOS – PRIMEIRAS AÇÕES LIGADAS A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

1947	EURICO DUTRA	GASPAR		REGIME DE INTERNATO NA ESCOLA DE INFERMAGEM
1952	JUSCELINO KUBITSCHKEK – ANOS DOURADOS			CRIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, DA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA E DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO
1956	JUSCELINO KUBITSCHKEK – ANOS DOURADOS			REITOR EDGAR SANTOS – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
1960	JANIO DA SILVA QUADROS COMO SÍMBOLO DA CAMPANHAUSOU UMA VASSOURA, POIS DIZIA QUE IA VARRER TUDO QUE HAVIA DE ERRADO NO BRASIL			
1961	JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART FOI MARCADO PELA ABERTURA ÀS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, INCLUSIVE DE ESTUDANTES.	LEI DE DIRETRIZES E BASES – LDB / LEI Nº 4.024 - inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana		
1964	DITADURA MILITAR			CONSUNI DISCUTE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ENTRE DIVERSAS OUTRAS PAUTAS.
1967	ARTHUR DA COSTA E SILVA - SEU GOVERNO É MARCADO POR PROTESTOS E MANIFESTAÇÕES SOCIAIS	CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1967, NO ARTIGO 168, A EDUCAÇÃO É POSTA NOVAMENTE COMO DIREITO DE TODOS E PELA PRIMEIRA VEZ É CITADO QUE ELA DEVERÁ ASSEGURAR IGUALDADE DE OPORTUNIDADES.		

1968	ARTHUR DA COSTA E SILVA		A AÇÃO POLÍTICA DOS ESTUDANTES FOI INTENSIFICADA NA LUTA CONTRA TAXAS E A FAVOR DE UMA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EFETIVA, QUE COMPREENDIA A MELHORIA DE QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO OFERECIDA NOS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS.
1970	EMÍLIO GARRASTAZU MEDICI "ANOS DE CHUMBO"- MUITOS PROFESSORES, POLÍTICOS, MÚSICOS, ARTISTAS E ESCRITORES SÃO INVESTIGADOS, PRESOS, TORTURADOS OU EXILADOS DO PAÍS	criação do DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE - DAE, VINCULADO AO MEC, COM O OBJETIVO MANTER UMA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO EM NÍVEL NACIONAL.	
1987	JOSÉ SARNEY CONSTITUIÇÃO FEDERAL - ARTIGO 206 GARANTE A IGUALDADE DE CONDIÇÕES PARA O ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA	REGISTRA-SE A CRIAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS FONAPRACE	
1990	FERNANDO COLLOR DE MELO - PROCESSO DE IMPEACHMENT - AS MAIORES MANIFESTAÇÕES FORAM PROMOVIDAS PELOS ESTUDANTES (UNIVERSITÁRIOS E SECUNDARISTAS) QUE FICARAM CONHECIDOS COMO OS "CARASPINTADAS", POR PINTAREM LISTRAS VERDE E AMARELAS NO ROSTO		CONCLUSÃO DA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA FEMININA
1996	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO -	LEI DE DIRETRIZES E BASES - LDB / LEI Nº 9.394- IGUALDADE DE CONDIÇÕES PARA O ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA"	
1998	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO		CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS - CEAO ENCAMINHA PROPOSTA DE ABERTURA DO DEBATE SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

2001	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	ELABORAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR.	
2002	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO		A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL RESTRINGIA-SE A POUCO MAIS DE 200 VAGAS EM RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS.
2003	LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	HOVE EXPRESSIVO AUMENTO DA DEMANDA POR APOIO MATERIAL, SOCIAL E ACADÊMICO	PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UFBA FOI APROVADO PELO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSUNI
2006	LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA		CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 5 DE DEZEMBRO DE 2006 A PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.
2007	LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	ELABORAÇÃO DO NOVO PLANO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	ADESÃO DA UFBA AO REUNI
2010	LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	DECRETO Nº 7234 DE 19 DE JULHO DE 2010, INSTITUI O PNAES.	

Fonte: Elaborado pela autora

Em 1987 foi criado o FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e a ANDIFES – Estudantis Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) representou um marco histórico em relação às questões que asseguram o exercício dos direitos sociais, entre eles o da igualdade como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social. O artigo 206, especificamente, estabelece os princípios que regem a política educacional brasileira, incluindo a garantia a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, entre outros, como segue:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela

Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 1988).

A educação, então, passa a ser considerada um direito público que deve ser dirigido a todas as classes sociais e a todos os níveis de idade, sem qualquer tipo de discriminação. Nesse sentido o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Fonaprace que é órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior- ANDIFES apresenta uma proposta: que culmina em Julho de 2010, no decreto 7.234 do governo Federal, o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (BRASIL, 2010), que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Democratizar as condições de permanência, minimizar os efeitos das desigualdades, reduzir retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação são os objetivos do PNAES. O governo propõe que as ações sejam desenvolvidas pelas IFES – Instituições Federais de Ensino de forma a priorizar as necessidades de cada região, levando-se em conta a realidade local nas seguintes áreas: *moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação* (BRASIL, 2010).

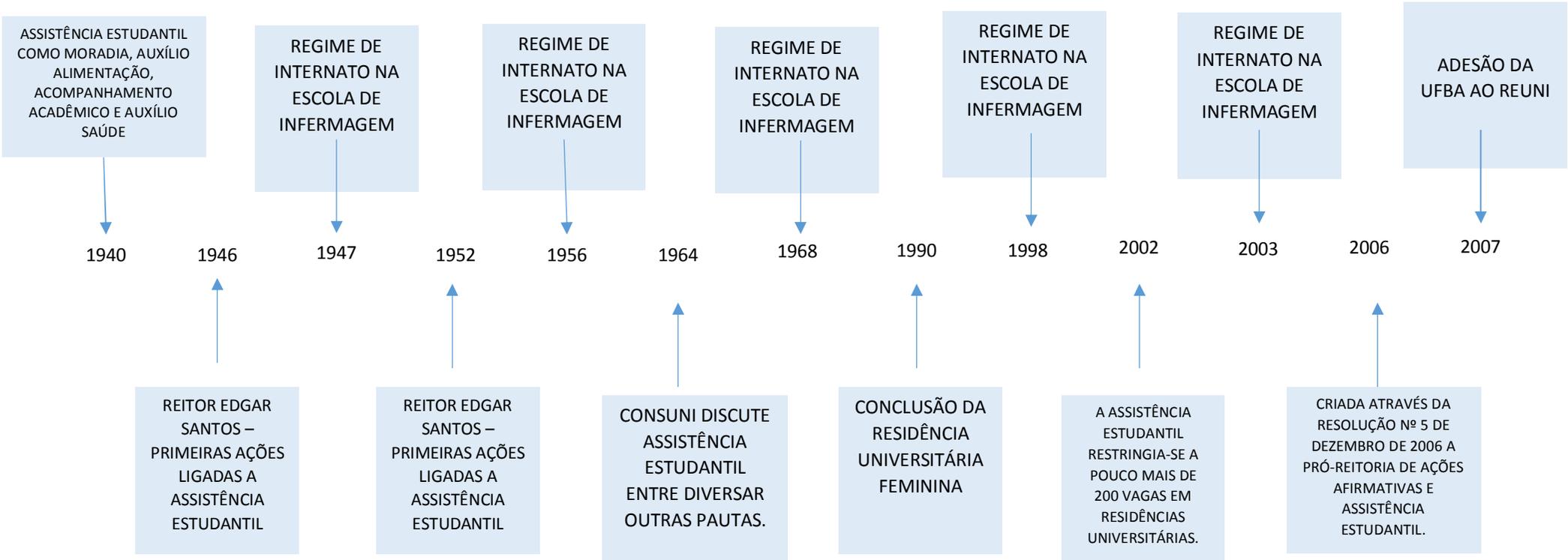
Para Vasconcelos (2010), a assistência estudantil perpassa por áreas dos direitos humanos, que vão desde condições ideais de saúde, acesso aos instrumentos pedagógicos necessários, acompanhamentos às necessidades especiais, até o provimento dos recursos mínimos necessários para a sobrevivência do estudante: moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros. No entanto, para Baqueiro (2015) garantir o direito de aprendizagem significa garantir que todos tenham a mesma condição de oportunidades educacionais.

A assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula (VASCONCELOS, 2010, pag. 609).

No Brasil a desigualdade social é notável e isso se reproduz nas universidades onde as condições socioeconômicas de grande parte dos alunos são desfavoráveis à sua entrada e permanência nos cursos escolhidos. Por esse motivo, segundo Araújo (2003), a discussão sobre o tema Assistência Estudantil tem grande relevância.

A figura a seguir apresenta os principais fatos históricos sobre a Assistência estudantil na UFBA até o ano de 2010. Após essa volta a história, para situar a realidade da assistência estudantil na UFBA, no próximo item será possível entender qual a importância dessa política no rendimento acadêmico dos alunos.

Figura 1 - Linha do tempo dos fatos marcantes da Assistência Estudantil na UFBA.



1.3 As possíveis interferências das ações de Assistência Estudantil sobre o rendimento acadêmico dos estudantes

Para entender melhor de que forma a Assistência Estudantil pode interferir no rendimento acadêmico do aluno, fez-se necessária revisar a literatura existente sobre o tema.

De acordo com Baqueiro (2015), a política de assistência estudantil pode ser definida como um conjunto de políticas voltadas para a permanência de estudantes nos espaços educacionais.

Para Oliveira (2006), o rendimento acadêmico pode ser afetado por quatro domínios: físico, psicológico, relações sociais e ambientais. Esses domínios possuem aspectos particulares que interferem em suas condições e são denominados por ele de "facetas". Para melhor esclarecer, pode-se verificar o domínio *físico* por exemplo, que possui em uma das suas facetas dor e desconforto. A dor e o desconforto afetam o domínio físico que, por sua vez, afetará o rendimento acadêmico. No quadro a seguir pode-se visualizar os domínios e suas facetas.

Quadro 3 - Domínios e facetas do rendimento acadêmico

Domínios	Facetas
Domínio físico	Dor e desconforto Energia e fadiga Sono e repouso Mobilidade Atividades da vida cotidiana Dependência de medicação ou de tratamentos Capacidade de trabalho
Domínio psicológico	Sentimentos positivos Pensar, aprender, memória e concentração Autoestima Imagem corporal e aparência Sentimentos negativos Espiritualidade/religião/crenças pessoais
Domínio relações sociais	Relações pessoais Suporte (apoio) social Atividade sexual
Domínio ambiente	Segurança física e proteção Ambiente no lar Recursos financeiros Cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade Oportunidades de adquirir novas informações e

	habilidades Participação em, e oportunidades de recreação/lazer Ambiente físico (poluição/ruído/trânsito/clima) Transporte
--	---

Fonte: Oliveira, (2006)

Para Ferreira (2009), um melhor rendimento acadêmico, exige uma compreensão de todos os fatores que podem intervir, sejam eles internos ou externos a universidade. Fatores esses com naturezas diversas estando relacionadas a professores e alunos, aos currículos, às instituições e aos contextos, sendo de natureza pedagógica, social, cultural e econômica. A efetivação do sucesso escolar implica a superação de uma visão que atribui exclusivamente ao indivíduo a responsabilidade pelo desempenho escolar (CONAE, 2010).

De acordo com Almeida Filho et al., (2010, p. 229), “O cotidiano acadêmico constitui rica e densa teia de relações na qual, dentro e fora da sala de aula extrapolam-se os limites das formalidades curriculares e a rigidez dos rituais de ensino-aprendizagem”.

Segundo Oliveira (2006), o aluno insatisfeito com a instituição, curso, disciplina, professor, ou outro fator, podem ter seu rendimento acadêmico prejudicado, e não somente devido ao fato do despreparo para a etapa de aprendizado. Em síntese, um conjunto alargado de variáveis pessoais, interpessoais e institucionais aparecem associadas às dificuldades dos alunos na sua adaptação e rendimento acadêmico, como afirma Santos (2001). Essas variáveis, segundo Ferreira (2011), estão associadas a professores e alunos, aos currículos, a instituições e aos contextos, sendo esse de natureza pedagógica, social, cultural e econômica.

Para Ferreira (2011), um dos determinantes do rendimento acadêmico é o deslocamento do aluno da sua família. Entrar na Universidade, lhe custa a separação da família, amigos, havendo assim, alterações sócio afetiva capazes de perturbar uma boa estabilidade emocional. As dificuldades no contexto universitário são de diversas naturezas, desde questões individuais, novas exigências acadêmicas, até o novo ambiente que influenciam o desempenho e o desenvolvimento psicossocial dos estudantes.

Baqueiro (2015) afirma que os problemas relacionados ao acesso, à permanência e à desigualdade nas oportunidades educacionais, afetam, sobremaneira, os estudantes e trazem prejuízos a toda uma sociedade.

As universidades se preparam para dar ao aluno todo suporte acadêmico durante a sua permanência na instituição, porém a manutenção da sua saúde física, mental e social, fica por sua própria responsabilidade. Para Fiedler (2008), a vida acadêmica não se resume em sala de aula; os estágios, iniciação científica, monitoria, extensão universitária e estudos individuais e em grupo, ocupam a vida do universitário ao ponto de não terem tempo de se envolverem com atividades extras estudos que cooperam para a melhor Qualidade de Vida do ser humano. Todos esses fatores podem interferir na Qualidade de Vida dos alunos e, conseqüentemente no seu rendimento acadêmico.

Avaliar o desempenho acadêmico não é tarefa fácil devido o número de variáveis que podem ser levadas em consideração, porém a nota é um fator importante para decisões e progressão na vida acadêmica (OLIVEIRA, 2006). Através da nota, é determinado juntamente com a carga horária das disciplinas o coeficiente de rendimento – CR que corresponde à *performance* do aluno, permitindo, assim que através do CR, o aluno possa acompanhar o seu desenvolvimento durante o curso.

Quadro 4 - Exemplo de como calcular o Coeficiente de Rendimento

Matéria	Nota		Carga Horária		Coef.
MATÉRIA1	3,5	X	40	=	140
MATÉRIA2	7,0	X	40	=	280
MATÉRIA3	6,0	X	40	=	240
MATÉRIA4	8,5	X	80	=	680
MATÉRIA5	9,0	X	80	=	720
MATÉRIA6	8,0	X	40	=	320
		Soma	320		2.380

Fonte: Oliveira, (2006)

No exemplo dado no quadro a cima o CR = $2.380/320 = 7,44$.

No entanto, para Cunha e Carrilho (2005) o sucesso dos alunos deve ser avaliado pelo seu crescimento em relação a si próprio e aos objetivos propostos, desde o primeiro semestre, levando em consideração o desenvolvimento integral. É necessário que o estudante desenvolva suas competências intelectuais, acadêmicas

e pessoais, tais como: o estabelecimento e a manutenção de relações interpessoais, o sentido de identidade e o processo de tomada de decisões acerca da carreira.

Após o estudo realizado sobre: a Qualidade de Vida mais especificamente a dos estudantes universitários, a contribuição da PNAES e suas interferências no rendimento acadêmico, foi possível perceber a relevância dos objetivos desse estudo. E estão elencados a seguir.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Identificar através do rendimento acadêmico a possível relação entre a Política de Assistência Estudantil, qualidade de vida e o desempenho acadêmico dos alunos do Instituto Multidisciplinar em Saúde, *campus* Anísio Teixeira, da Universidade Federal da Bahia.

2.2 Objetivos Específicos

- Analisar a Política Nacional de Assistência Estudantil, seus alcances e sua implementação no *campus* Anísio Teixeira;
- Caracterizar os alunos beneficiados pela Política de Assistência estudantil;
- Analisar o percurso percorrido pelos alunos atendidos pela Política de Assistência Estudantil através do coeficiente de rendimento;
- Identificar através da percepção dos alunos a contribuição da Assistência Estudantil na qualidade de vida dos alunos.
- Identificar através da percepção dos alunos a contribuição da Assistência Estudantil no desempenho acadêmico dos alunos.

3 METODOLOGIA

Trata-se de um trabalho de natureza descritiva e exploratória, no qual foram adotados procedimentos, métodos e técnicas de coleta e análise de dados que estão descritos a seguir.

3.1 Contexto e sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Instituto Multidisciplinar em Saúde - IMS, *campus* Anísio Teixeira - CAT da Universidade Federal da Bahia - UFBA que está localizado na rua Rio de Contas, 58, bairro Candeias em Vitória da Conquista – BA.

O Instituto foi criado em 18 de julho de 2005 como parte do projeto de interiorização da UFBA e teve suas atividades iniciadas em 27 de agosto de 2007 com apenas três cursos: Enfermagem, Nutrição e Farmácia, totalizando 120 alunos e funcionando em prédio emprestado pela prefeitura.

A partir do segundo semestre de 2009 o Instituto passou a funcionar em prédios próprios contando em seu espaço com um prédio administrativo, um prédio de aulas e outro de laboratórios. Compõem ainda a estrutura do instituto um auditório, estacionamento e área para futura instalação do espaço de convivência.

Figura 2 – Frente do IMS



Figura 3 – Prédios de aulas e laboratórios



Fonte: Acervo da autora

O Instituto Multidisciplinar em Saúde está organizado conforme a seguinte estrutura básica: Congregação; Diretoria; Coordenação Acadêmica; colegiados dos cursos; Núcleos Acadêmicos; Coordenação Técnica, Administrativa e Financeira; Biblioteca.

Atualmente o IMS oferece sete cursos: Enfermagem, Nutrição, Farmácia, Psicologia, Biotecnologia, Ciências Biológicas e recentemente teve aprovado pelo

MEC o curso de Medicina. No último relatório divulgado pela direção (2015) o Instituto contava com 1357 alunos matriculados, distribuídos de acordo o quadro abaixo.

Quadro 5 –Distribuição dos alunos por curso

Curso	Nº de Alunos	%
Biotecnologia	232	17,10
Ciências Biológicas	191	14,07
Enfermagem	208	15,33
Psicologia	259	19,09
Farmácia	241	17,76
Nutrição	226	16,65
Total	1357	100

Fonte: Elaborado pela autora

Considerando que a escolha dos participantes deve refletir as múltiplas dimensões do objeto de estudo (MINAYO, 2010), a pesquisa foi realizada com alunos ingressantes em 2010 que participam dos programas de assistência estudantil. Para escolha do ano de ingresso, foi levada em consideração que a quantidade de alunos ingressantes em anos anteriores não era suficiente, devido à implantação dos programas da Pró-reitoria de Ações afirmativas e Assistência Estudantil – PROAE só ter ocorrido em 2009. Por outro lado, incluir alunos que ingressaram em anos posteriores implicaria não se contar com informações suficientes sobre sua vida acadêmica pelo pouco tempo nos cursos de graduação.

Os alunos participantes da pesquisa foram escolhidos em função da disponibilidade e interesse em colaborar com o estudo para participarem, levando em consideração que muitos já são graduados, dificultando assim o acesso aos mesmos. Foram assim selecionados 34 (trinta e quatro) graduandos que ingressaram em 2010, nos seis cursos existentes: Farmácia (5), Enfermagem (7), Nutrição (4), Biotecnologia (4), Ciências Biológicas (6) Psicologia (8).

Dos trinta e quatro alunos, não foi possível analisar o perfil acadêmico de quatro, que não deram continuidade ao curso: um devido a desistência, outro pelo ato da matrícula ter sido suspensa devido a irregularidade no certificado de segundo grau e outros dois por terem a vaga cancelada por meio da lei 12.089/09 que proíbe que uma mesma pessoa ocupe duas vagas simultaneamente

em instituições públicas de ensino superior. Entre os trinta alunos que tiveram dados suficientes para a pesquisa, dezesseis já são graduados e quatorze ainda não concluíram o curso (Apêndice A).

3.2 Procedimentos e técnicas de produção de dados

Quanto aos procedimentos técnicos foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, histórica e descritiva, compondo uma análise qualitativa.

As informações necessárias para a pesquisa foram obtidas através dos dados secundários, entrevista e estudo sobre a política de assistência estudantil, distribuídos de acordo ao quadro abaixo.

Quadro 6 – Distribuição de dados por fonte

DADOS PRIMÁRIOS	PNAES - Objetivos - Ações propostas pelo governo	ENTREVISTA - Importância dos auxílios para os alunos. - Opinião do aluno sobre assistência estudantil no IMS	
DADOS SECUNDÁRIOS	SIAC - Quantidade de alunos - Ano de Entrada - Situação da matrícula - Notas Iniciais - Notas finais	RELATÓRIOS - Números de alunos bolsistas - Números de alunos de outros municípios - Números de bolsas oferecidas	CADASTROS - Ano de recebimento do auxílio - Município de origem - - Idade - Sexo - Cor

Fonte: Elaborado pela autora

3.2.1 Pesquisa documental (coleta de dados secundários)

As informações foram obtidas através de fontes secundárias existentes no arquivo do Serviço Social do COAE – Coordenação de Assistência Estudantil do IMS/CAT/UFBA caracterizando uma “pesquisa documental” (GIL, 2007; FONSECA, 2002). Sendo utilizadas como fontes de documentação registros estatísticos, registros institucionais escritos, que favoreceram a obtenção de dados sem o constrangimento dos sujeitos.

Para averiguar a existência de relação entre o recebimento da assistência estudantil e o rendimento acadêmico, foi realizada análise do coeficiente de rendimento, que é semestralmente calculado e atualizado com base nas notas recebidas e na carga horária das disciplinas cursadas, de cada aluno em três períodos. Um, no primeiro semestre, outro no primeiro semestre de 2013 e o terceiro no semestre em que o aluno se encontra atualmente ou na data da conclusão do curso. Finalmente, com o cruzamento dessas informações foi possível obter o percurso percorrido pelos alunos.

Todos os dados nesta análise foram fornecidos pela Superintendência de Tecnologia da Informação - STI, sendo extraídos do Sistema Acadêmico – SIAC, onde são feitos os registros de notas e carga horária das disciplinas cursadas.

3.2.2 As Entrevistas

Em outro momento foram realizadas entrevistas semiestruturada (MINAYO, 2002) com perguntas abertas, dando assim ao sujeito oportunidade de se manifestar sobre o tema. As questões foram elaboradas em acordo com os objetivos da pesquisa. Primeiro sobre o entendimento que alunos possuem sobre Qualidade de Vida, depois sobre o conhecimento das políticas de assistência estudantil e por último a questão do rendimento acadêmico.

Na realização das entrevistas, o roteiro foi utilizado como norteador da conversa, sem que as questões previamente elaboradas fossem seguidas na íntegra. Abordaram-se os aspectos: a assistência estudantil na visão do aluno, bem como a sua importância para sua permanência na universidade e se relacionam possíveis melhorias na Qualidade de Vida e rendimento acadêmico ao recebimento dos auxílios.

As entrevistas foram realizadas na universidade e antes de serem iniciadas, os participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE, onde obtiveram informações sobre a pesquisa e seus objetivos, bem como assinaram concordando com a mesma. Cabe ressaltar que ao realizar as entrevistas, tivemos dificuldade em estender e aprofundar os diversos temas, devido ao fato dos alunos já estarem no final de semestre e muitos deles em conclusão de curso, tentando ser rápidos e objetivos, encurtando as respostas. .

3.3 Plano de análise

A análise de conteúdo (BARDIN, 2011) foi a técnica utilizada para analisar os dados coletados. Seguindo as recomendações de Minayo (2007), tratou-se de contemplar três etapas² na leitura e análise das informações coletadas através da pesquisa documental e entrevistas. Assim, após a leitura intensa do material obtido, buscou-se compreender tanto o que já é produzido como qual a percepção dos alunos sobre o tema. A categorização foi elaborada a partir das seguintes dimensões:

- a) Política de assistência estudantil – tratou-se de relacionar o PNAES, com a assistência estudantil na UFBA e no IMS, destacando os pontos comuns e aqueles que ainda dependem de implementação.
- b) Perfil do estudante – verificou-se as características demográficas e socioeconômicas dos alunos da UFBA que atualmente recebem auxílios, através da quantificação das variáveis, sexo, cor, idade, estado civil, entre outras.
- c) Desempenho acadêmico – analisou-se o coeficiente de rendimento dos alunos antes e após o recebimento dos auxílios de assistência estudantil e suas alterações.
- d) Percepção dos alunos – foi analisada a percepção dos alunos acerca de sua Qualidade de Vida, e das possíveis relações entre os benefícios da assistência estudantil e o rendimento acadêmico.

3.4 Aspectos éticos

Para a realização da pesquisa foi solicitada junto ao Serviço Social da Coordenação de Assistência Estudantil – COAE autorização para a consulta dos dados socioeconômicos dos alunos, bem como documentos elaborados pelo setor. As notas para chegar ao coeficiente de rendimento foram retiradas do SIAC sendo

² 1- pré-análise que compreende a leitura flutuante requerendo do pesquisador o contato direto e intenso com o material de campo podendo ainda nesta etapa formular e reformular hipóteses e por fim elaborar os indicadores que nortearão a interpretação final; 2 – exploração do material/ codificação onde o pesquisador busca encontrar categorias que são expressões ou palavras significativas pelas quais o conteúdo da fala será organizado 3 - tratamento dos resultados/ interpretações aqui o analista propõe inferências e realiza interpretações ou abre outras hipóteses (MINAYO, 2007).

assegurada a confidencialidade das informações e sigilo nominal. Também na apresentação dos resultados, a identificação dos entrevistados foi substituída por números, mantendo-se assim em sigilo os nomes reais. A pesquisa foi submetida ao Comitê de ética do IMS/ CAT/ UFBA, sendo aprovada sua execução através do parecer número CAAE 54265316.4.0000.5556.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Relação existente entre PNAES, UFBA E IMS e atual situação

Como vimos anteriormente, a análise da situação que levou à elaboração da Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, considera que existe no Brasil um grande contingente de jovens que não tem oportunidade de educação, de cultura, de lazer e condições mínimas de moradia e saúde. Por esse motivo, há a necessidade de buscar a redução das desigualdades socioeconômicas através da concretização de ações que não podem se resumir apenas à educação superior gratuita, mas a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e conclusão dos cursos aos quais os alunos ingressaram.

Nessa perspectiva, a PNAES apresenta entre suas propostas ampliar as condições de permanência dos jovens na educação pública superior. Recomenda assim, que sejam desenvolvidos programas que sejam capazes de garantir a permanência de estudantes de graduação em situação de risco social considerando que isto poderá lhes garantir uma melhor Qualidade de Vida e interferir diretamente em seu rendimento acadêmico.

Para isso, a PNAES propõe que os Institutos Federais de Ensino Superior – IFES desenvolvam programas que sejam capazes de garantir aos alunos o direito a igualdade de oportunidades enquanto na graduação.

Na UFBA, a assistência estudantil busca na PNAES suporte para definir suas ações, no entanto destaca a importância do enfrentamento à perpetuação das desigualdades sociais e a discriminação por entender que estes possuem maior probabilidade de adiar ou mesmo interromper sua trajetória acadêmica por situações adversas. Busca ainda o desenvolvimento de atividades que impeça que as diferenças individuais ou de oportunidades não se transformem em diferenças de oportunidades. Os programas são desenvolvidos por meio da Pró Reitoria de Assistência Estudantil – PROAE que é composta pela seguinte estrutura.

Gabinete da Pró-reitora:

Secretaria geral

Secretaria administrativa e financeira

Posto de atendimento ao estudante

Coordenação de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade – CAAED:

Núcleo de gênero e diversidade

Núcleo de raça e etnia

Núcleo de projetos para permanência e pós permanência Núcleo de esporte e lazer

Coordenação de programas de Assistência ao estudante – CPAE:

Núcleo de apoio ao estudante

Núcleo de apoio à inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais – NAPE

Núcleo de atenção à saúde integral do estudante – NASIE

Eixo de organização e aperfeiçoamento de processos e instrumentos de seleção e de acompanhamento discente Coordenação Administrativo-financeira:

Núcleo de gestão de residência universitária

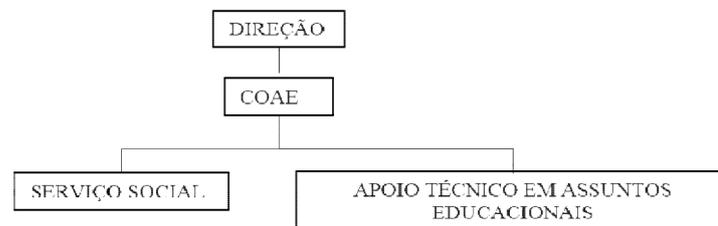
Núcleo de gestão de restaurante universitários

Núcleos de gestão de creche

O IMS, como parte da UFBA, procura seguir a mesma diretriz da PNAES, porém se detém mais na questão da vulnerabilidade social definindo seus usuários levando em consideração a renda per capita familiar do aluno. Todos os alunos devidamente matriculados nos cursos existentes que obtiverem renda per capita inferior a um e meio salário mínimo, estão aptos a aos benefícios concedidos pela assistência estudantil.

No Instituto, a assistência estudantil é extensão da PROAE, porém está inserida na estrutura local da seguinte forma.

Figura 4 – Organograma da COAE



Fonte: PROAE

O setor diretamente responsável pelos programas de assistência social é o Serviço Social, que atualmente conta com duas Assistentes Sociais. Os técnicos em

assuntos educacionais desenvolvem funções que auxiliam os alunos em suas atividades acadêmicas.

No quadro 7, posto a seguir, é possível visualizar o que propões a PNAES e como se encontra sua aplicação na UFBA, e especificamente no IMS.

Quadro 7 – Comparativo da PNAES com assistência estudantil na UFBA e IMS

	Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.	Assistência Estudantil na UFBA	Assistência Estudantil no IMS
FINALIDADE	Ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.	Concentrar esforços e otimizar os recursos destinados a garantir a permanência de estudantes de graduação em situação de risco social e realizar o enfrentamento à perpetuação das desigualdades sociais e à discriminação de grupos historicamente excluídos dos espaços legitimados de poder	Destinada a estudantes do Campus IMS/CAT que estão em situação de vulnerabilidade social (renda de até um e meio salários mínimos percapta) que comprometa a sua condição de permanência e êxito nas atividades acadêmicas e que estejam regularmente matriculados em qualquer um dos cursos existentes no Instituto.
OBJETIVOS	I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.	Contribuir para que os estudantes trilhem o caminho da vida universitária e logrem êxito, através da superação cotidiana dos desafios e adversidades, especialmente, àquelas que são frutos dos efeitos das desigualdades sociais geradas pelo sexismo, racismo, capacitismo, lesbo-homo-transfobia e pela vulnerabilidade socioeconômica.	Garantir a permanência e a diplomação dos estudantes através do repasse de auxílio financeiro.
AÇÕES DESENVOLVIDAS	I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.	I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.	I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV Creche.

Fonte: Elaborado pela autora

Levando em consideração as políticas citadas: a Nacional, da UFBA e do IMS, suas finalidades não se distinguem no que se refere ao plano de ação. Todas levam em consideração as questões sociais, de discriminação raciais e as econômicas na tentativa de reduzir os impactos nas diferenças de oportunidades dentro da universidade. Porém, a Política Nacional destaca a importância das Instituições Federais de Ensino – IFES transformarem a assistência estudantil em espaço de cidadania e dignidade humana. A política da UFBA embora siga o mesmo conceito, chama a atenção para as diferenças raciais e sociais, enquanto no IMS a situação econômica dos alunos tem sido ponto forte para definir as atividades desenvolvidas.

Quanto aos objetivos, constata-se que o principal, tanto da PNAES, quanto da UFBA e do IMS é garantir a permanência do aluno na graduação. No entanto a PNAES destaca a importância da promoção da inclusão social através da educação e a necessidade dos alunos, durante e após a graduação, serem inseridos nos grupos sociais. Embora na UFBA essa questão também faça parte dos objetivos da PROAE, atualmente no IMS os objetivos têm-se resumido na garantia da permanência apenas através do repasse de auxílio financeiro.

No que se refere às ações desenvolvidas, a UFBA, por meio da PROAE, tem desenvolvidos todas as que são recomendadas pela PNAES. A Moradia estudantil através das residências universitárias e repasse de auxílio financeiro; a alimentação através dos restaurantes universitários e repasse de auxílio financeiro; transporte através do ônibus universitário e auxílio financeiro; atenção à saúde através do SMURB – Serviço Médico Universitário Rubens Brasil e auxílio financeiro; acesso a creche e auxílio financeiro; inclusão digital, cultura, esporte, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação através de projetos específicos.

No IMS, embora a assistência estudantil seja desenvolvida pela COAE – Coordenação de Assistência Estudantil que é uma extensão da PROAE, as ações desenvolvidas são bastante reduzidas. Resumem-se em: moradia, alimentação, transporte e creche, todos através de auxílio financeiro. Atualmente os programas são desenvolvidos apenas através do repasse financeiro. Não são desenvolvidos nenhum outro tipo de atividade ou serviço.

Atualmente³ estão cadastrados na PROAE 291 alunos do IMS que recebem auxílios e 11 que possuem perfil para receber auxílios, porém não foram contemplados devido a quantidade de benefícios ofertados terem sido insuficientes para todos inscritos. A distribuição dos que recebem auxílios, está de acordo ao quadro abaixo.

Quadro 8 – Distribuição de auxílios

Auxílio	Moradia	Alimentação	Transporte	Creche	Total
Alunos	195	52	25	08	280

Fonte: Elaborado pela autora

Como estão matriculados no IMS 1357 alunos, destes 20,63% são contemplados por algum tipo de benefício. No entanto, a quantidade ofertada ainda não foi suficiente para alcançar a todos os que necessitam dos auxílios.

As atividades desenvolvidas pela PROAE atualmente alcançam aos alunos dos cursos oferecidos em Salvador. Aos alunos matriculados no IMS em Vitória da Conquista são oferecidos apenas alguns programas realizados pela CPAE: auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio creche e bolsa de apoio a pessoas com necessidades educativas especiais.

O *auxílio moradia* é um subsídio pecuniário destinado ao suporte para custear parte das despesas com moradia até a conclusão da primeira graduação atualmente no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais). Aos alunos beneficiados por esse auxílio é garantido auxílio alimentação no valor de R\$180,00 (Cento e oitenta reais) e o auxílio ceia no valor de R\$50,00 (cinquenta reais).

Os alunos contemplados com o *auxílio alimentação* tem acesso gratuito ao restaurante universitário para almoço, além de receber o suporte de 180,00 (cento e oitenta reais) para as demais refeições.

O *auxílio transporte* é um benefício no qual é repassado o valor de R\$ 85,00 (Oitenta e cinco reais) ao aluno, para subsidiar os gastos com deslocamento entre sua casa e a Universidade.

³ Os dados foram coletados em janeiro de 2016.

Auxílio creche é subsídio pecuniário no valor de R\$180,00 (cento e oitenta reais) por filho, destinado a contribuir para custeio de parte das despesas com o cuidado e assistência aos filhos menores de quatro anos.

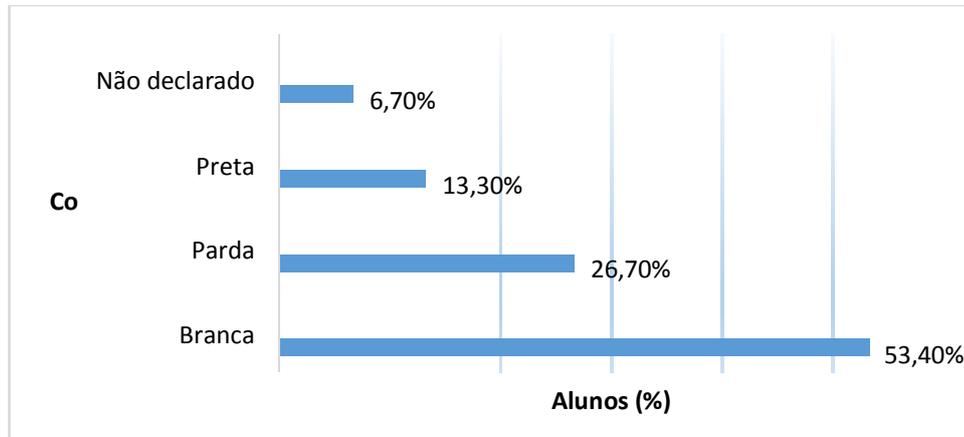
Bolsa de Apoio a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais: é subsídio pecuniário mensal no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais), destinado a dar suporte à qualificação e manutenção do vínculo com a Universidade dos estudantes de graduação que apresentem deficiência física, intelectual ou sensorial (auditiva ou visual), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Como se defende do exposto acima, ainda que o IMS tenha como base a Política Nacional de Assistência Estudantil não dispõe de estrutura física e de pessoal para o desenvolvimento de todas as atividades propostas pela PNAES. Atualmente o setor que assumiu a assistência estudantil é a Coordenação de Assistência Estudantil, formada por assistentes sociais e técnicos de assuntos educacionais, além do coordenador. Devido a crescente demandas de alunos usuários dos serviços do setor, as atividades desenvolvidas não alcançam a proposta pela PNAES.

4.2 Perfil dos participantes da pesquisa

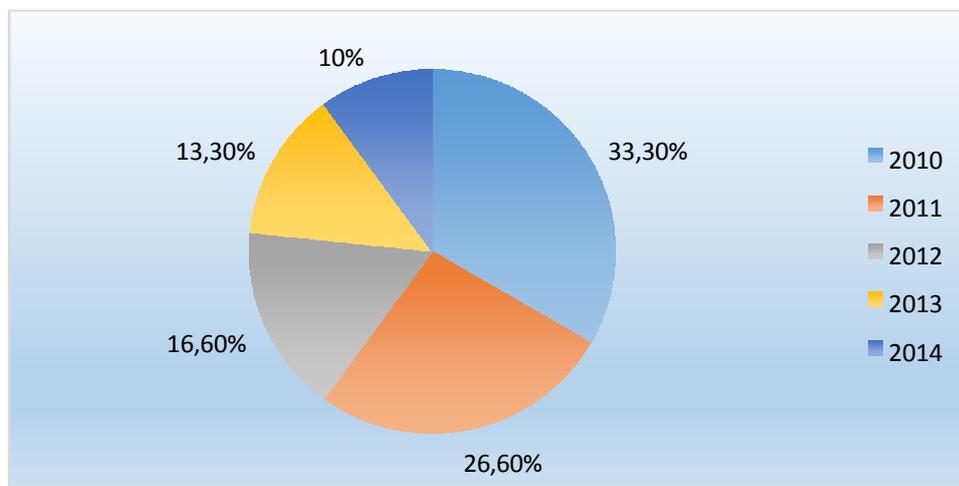
Quando o aluno se inscreve para participar da seleção para auxílio, ele é atendido inicialmente pela Assistente Social, que por sua vez faz uso de um questionário para a avaliação socioeconômica. Para a pesquisa, utilizaram-se os dados constantes nestes questionários para conhecer o público alvo da pesquisa. Dessa forma as informações aqui contidas são referentes ao ano em que o aluno pleiteou a bolsa.

Em relação a faixa etária dos estudantes, percebeu-se que *o grupo estudado* é um grupo jovem, em sua maioria entre 17 e 25 anos. Apenas uma aluna apresenta idade mais avançada, 44 anos. Em relação ao gênero, os sujeitos do estudo se dividiram em 23,4% do sexo masculino e em sua grande maioria, 76,7% do sexo feminino. Em relação a cor, o gráfico a baixo dispõe de acordo com o declarado pelo aluno.

Gráfico 1 - Declaração de cor

Fonte: Elaborado pela autora

Os *alunos participantes* da pesquisa obtiveram os auxílios em anos diferentes. Como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Ano de recebimento das bolsas

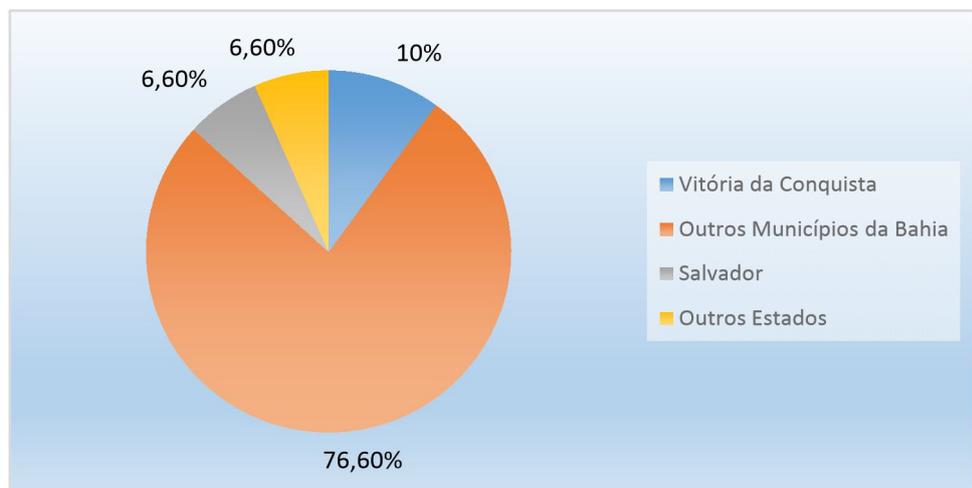
Fonte: Elaborado pela autora

Embora todos os alunos tenham ingressado no mesmo ano na universidade, não tiveram acesso às políticas de assistência estudantil na mesma época. Isso se dá por fatores variados: o aluno não teve conhecimento do auxílio em tempo hábil para a inscrição; o aluno não apresentou a documentação completa; não houve disponibilidade de bolsas suficientes para todos os inscritos ou no momento da seleção houve dúvida por parte dos profissionais sobre a sua vulnerabilidade socioeconômica.

Na presente pesquisa não foi possível avaliar a interferência dessa diferença de tempo no recebimento dos auxílios no rendimento acadêmico. Ainda que alunos afirmem que o recebimento do auxílio logo nos primeiros semestre foi essencial para sua permanência na universidade, o que será trado mais adiante.

Todos os *alunos que participaram* da pesquisa são solteiros e apenas um possui filho. Em sua maioria são naturais de municípios do interior da Bahia como mostra o gráfico a seguir.

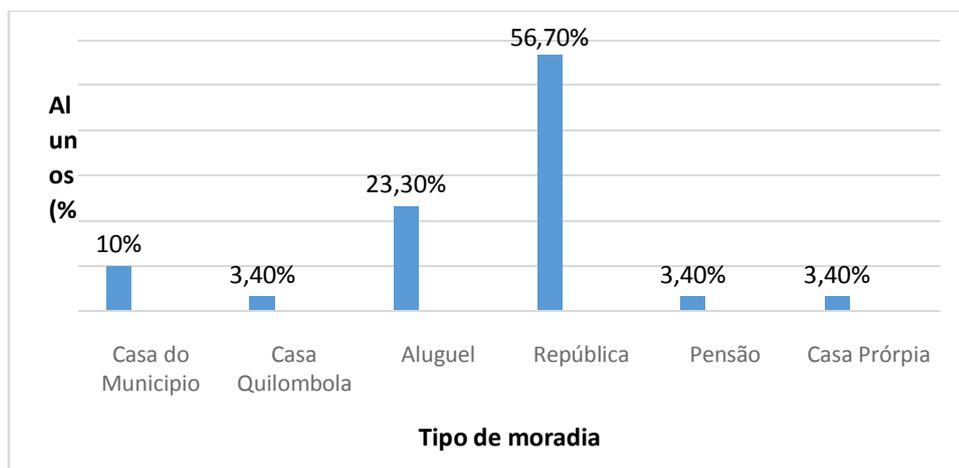
Gráfico 3 - Procedência dos Alunos



Fonte: Elaborado pela autora

Como mais de 90% dos alunos não são de Vitória da Conquista, apenas um possui residência própria. Sendo assim, em relação a moradia, os alunos estão distribuídos conforme o gráfico que segue.

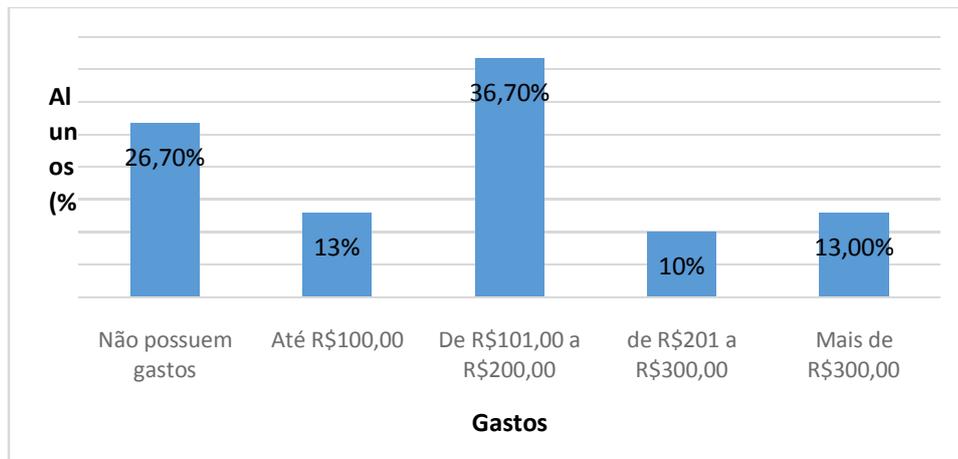
Gráfico 4 - Tipo de Moradia



Fonte: Elaborado pela autora

Através do gráfico 4 percebe-se que a maioria dos alunos optaram pela moradia em república. Porém, o que consideram como república é alugar um imóvel e dividir as despesas com outros estudantes, podendo ser apenas um ou mais. Os gastos com habitação variam desde não ter gastos, no caso dos que moram em casas dos municípios ou quilombolas, até valores maiores de R\$ 300,00 (trezentos reais), como demonstrado a seguir.

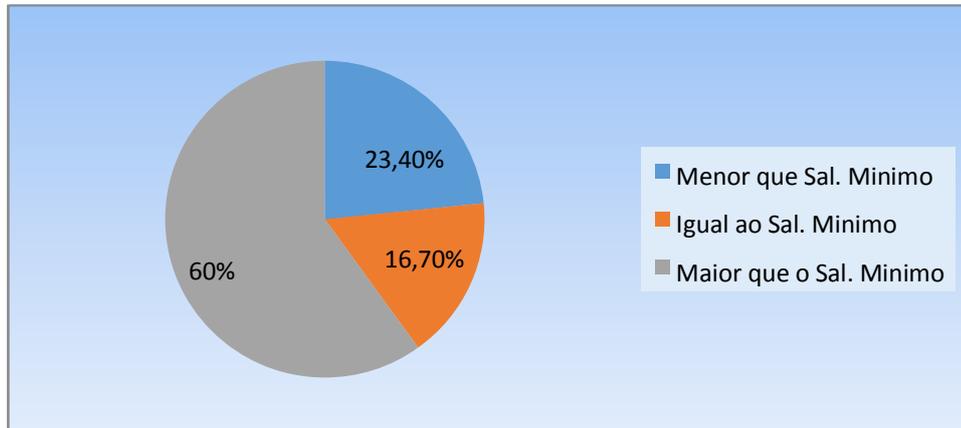
Gráfico 5 - Gastos com Habitação



Fonte: Elaborado pela autora

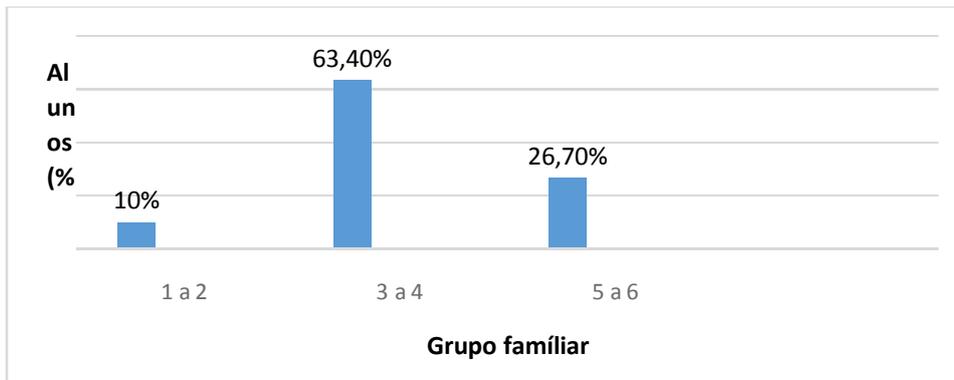
Os valores aqui citados, não se referem apenas a pagamento de aluguel, ou pensão. Mas, ao valor que o estudante investe na moradia, ou seja, caso divida o aluguel, levou-se em consideração o valor referente a sua parte, bem como se paga pensão ou prestação da casa própria.

Os alunos em sua maioria optaram por repúblicas, objetivando a reduzir gastos. O gráfico 6 analisado a seguir expõe a situação financeira da família do aluno o que justifica essa opção.

Gráfico 6 - Renda familiar

Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico 6 revela que a renda familiar dos alunos. Em sua maioria é entre um e dois salários mínimos. O que muitas vezes não é o suficiente devido ao tamanho do grupo familiar.

Gráfico 7 - Grupo familiar

Fonte: Elaborado pela autora

O grupo estudado encontra-se em uma faixa etária média entre 17 e 25 anos, em sua maioria são mulheres de cor branca e originárias de outros municípios do interior da Bahia. Em Vitória da conquista apenas um aluno possui casa própria e a grande parte vive em república, investindo em habitação uma média de R\$100,00 a R\$200,00. Para isso, os alunos contam com uma renda familiar média superior a um salário mínimo, sendo que 63,40% possuem um grupo familiar três a quatro pessoas.

Após avaliar os dados coletados, foi possível verificar que os alunos que participam da assistência estudantil do IMS/CAT/UFBA, encontravam-se antes do

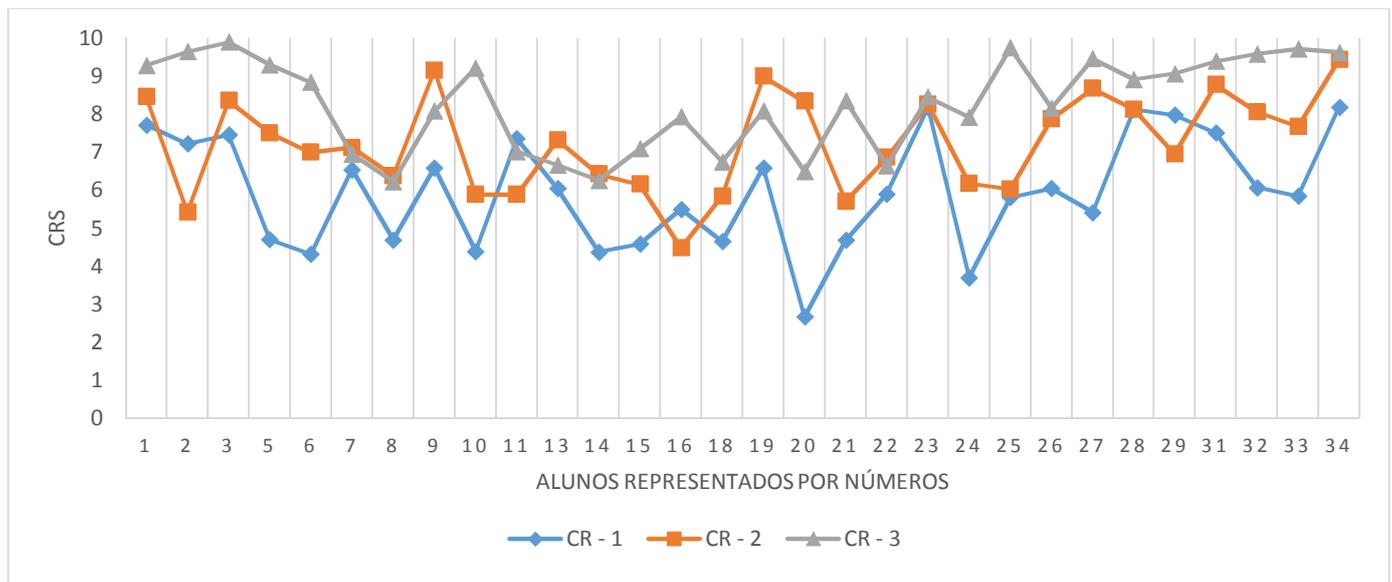
recebimento dos auxílios em situação que colocavam em risco a sua permanência na universidade.

4.3 Relação Assistência Estudantil e Coeficiente de Rendimento

No presente estudo, analisou-se através das notas dos alunos, a possível relação entre o coeficiente de rendimento e o recebimento do auxílio da assistência estudantil.

O percurso percorrido pelos alunos atendidos pela Política de Assistência Estudantil através do coeficiente de rendimento está representado através do gráfico abaixo.

Gráfico 8 – Percurso percorrido através do coeficiente de rendimento



Fonte: Elaborado pela autora

Para obtenção do CR – 1 foram utilizadas as notas equivalentes ao primeiro semestre dos alunos na universidade. Neste item, vinte alunos alcançaram o CR maior que a média (5,0) e dez, inferior. Sendo que apenas dois, representados pelos números 20 e 24, tiveram rendimento bem abaixo da média.

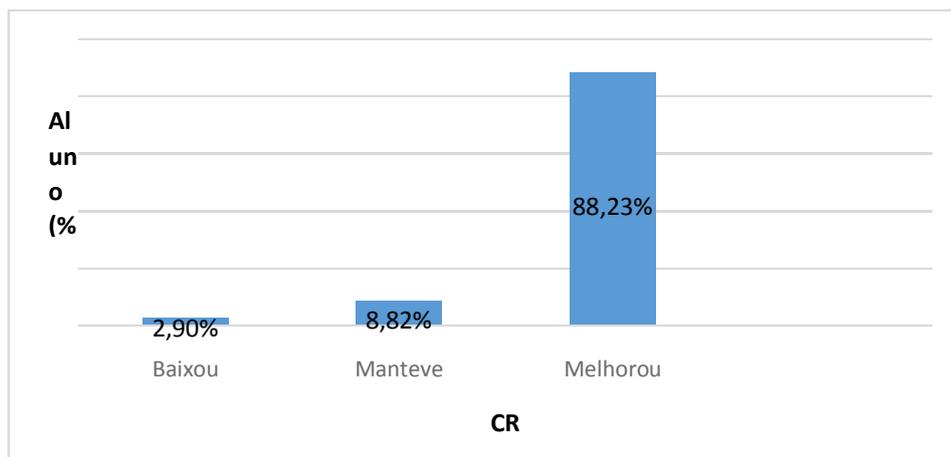
O CR – 2 foi calculado através das notas que os alunos obtiveram no primeiro semestre de 2013. Vinte e nove alunos obtiveram CRs superior à média, no entanto, vinte e cinco melhoraram seu rendimento, enquanto três tiveram rendimento inferior

ao primeiro avaliado, um aluno permaneceu com o mesmo CR e apenas um alunos obteve CR inferior à média para aprovação.

Para calcular o CR – 3 as notas utilizadas foram a do semestre em que o aluno se encontrava no dia da coleta de dados. E nessa etapa, todos os alunos obtiveram notas acima da média para aprovação pela UFBA. Não houve registro de reprovação. Em quase todos os casos, foi registrada melhora no rendimento exceto no caso do aluno número 11 que teve uma pequena redução em sua nota. Três alunos não obtiveram alterações significativas (Apêndice A).

Através das linhas do gráfico 8, pode-se perceber que os CRs, em sua maioria, foram aumentando gradativamente e o gráfico 9 apresenta esse aumento em porcentagens.

Gráfico 9 - Coeficiente de rendimento



Fonte: Elaborado pela autora

Para obter o percentual de melhora no rendimento, foi verificada a diferença entre os dois CRs e calculada a porcentagem. Dessa forma foi possível perceber que onze alunos tiveram uma melhora em mais de 50% do seu rendimento e que três alunos conseguiram alcançar mais de 100% em aumento da sua nota.

Como pode ser verificado através do gráfico anterior, pode-se afirmar que 87% dos alunos com matrículas ativas obtiveram melhoras em seu rendimento acadêmico em períodos posteriores ao recebimento do auxílio moradia.

4.4 Assistência Estudantil na percepção dos alunos

A análise das informações obtidas através das entrevistas foi de suma importância para conferir se os resultados encontrados inicialmente correspondem à percepção dos alunos. Sendo assim, tratou-se de comparar as informações coletadas dos documentos, especialmente as finalidades e objetivos da PNAES, com os dados acerca do rendimento dos alunos, buscando-se analisar se a percepção dos entrevistados corroboram o alcance das ações de assistência estudantil em termos do seu efeito sobre a qualidade devida e o desempenho acadêmico dos estudantes.

Como vimos, o PNAES surge com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior e a conclusão do curso, atuando na perspectiva de inclusão social e melhoria do desempenho acadêmico e de Qualidade de Vida dos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Os dados secundários confirmam que os objetivos do programa estão sendo alcançados, visto que constatou-se uma melhoria no desempenho acadêmico dos estudantes após seu ingresso como beneficiários dos auxílios. A evasão de 11,7% (Quadro 9) dos alunos se deu por motivos diversos que não apenas o abandono.

O impacto positivo das ações do programa é reafirmado nas falas de vários dos estudantes entrevistados, quando afirmam que a assistência estudantil foi fundamental para sua permanência na universidade, como se verifica nos trechos reproduzidos a seguir:

Bom, é, pra mim é de suma importância porque no caso, em minha família só quem trabalha é paiho e agora mesmo por exemplo ele aposentou, mas ele não pode parar de trabalhar por conta exatamente por conta da aposentadoria ser muito baixa e aí foi a oportunidade que ele viu de conseguir, né? ganhar um pouco mais, tal. E o auxílio ele me ajuda por conta disso por que se não fosse o auxílio, provavelmente eu estaria estudando, porque meu pai tem muito disso de trabalhar e tal para que a gente estudasse, mas eu sei que seria muito mais complicado. (Aluno 2).

Pra mim os auxílios são essenciais, no meu caso, por exemplo que a minha família é de fora, eu não teria condições de me manter aqui neste período que eu não pude trabalhar, não pude conciliar, né? A graduação com emprego, então o que me mantém mesmo é a bolsa que eu recebo. Então, ela é importante. (Aluno 3)

Então eu acho que os auxílios são essenciais pra pessoas que não tem condições de se manter sozinhas, então assim, pra mim foi essencial é eu concluir, eu estou concluindo o curso de biotecnologia agora e assim, desde quando eu entrei na universidade eu sempre ganhei o auxílio, então assim foi essencial pra mim. Se não fosse os auxílios, eu provavelmente não... não sei se eu teria conseguido concluir o curso, ou concluiria com maior dificuldade. (Aluno 4) Porque assim, se eu não tivesse o auxílio, provavelmente eu não conseguiria me manter aqui na universidade sozinha. Eu precisaria trabalhar pra me manter em Conquista e estudar. (Aluno 5)

Mas, assim é imprescindível para a permanência principalmente do cotista com vulnerabilidade social num tem como a gente permanecer dentro da universidade sem isso aí. (Aluno 6)

A fala dos alunos 2, 3, 4, 5 e 6 evidencia a importância que os auxílios da assistência estudantil tiveram para sua permanência pelo fato da renda familiar ser considerada insuficiente para garantir a sobrevivência da família e, ao mesmo tempo, sustentar o aluno na universidade.

Além dessa visão geral sobre o programa, cabe analisar a percepção dos estudantes sobre aspectos específicos, ou seja, sobre as diversas ações propostas pelo PNAES. Como se observou anteriormente, estas ações devem ser desenvolvidas pelas IFES levando-se em conta a realidade local nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010). Com a ampliação do conceito de saúde pela OMS (2008), todas essas áreas passaram a estar relacionadas com Qualidade de Vida.

Considerando, segundo Vasconcelos (2010), que os quatro primeiros fatores são os recursos mínimos necessários para a sobrevivência do estudante, analisaram-se os resultados levando em consideração a possível interferências destes fatores na Qualidade de Vida e no rendimento acadêmico dos alunos.

Alguma IFES, além do auxílio moradia, possuem as residências universitárias. Na UFBA não é diferente, porém no IMS os alunos desfrutam apenas do auxílio moradia, por em Vitória da Conquista não existir residências universitárias. Segundo Fiedler (2008), o tipo de moradia e os gastos com a mesma, podem ser fatores que interfiram na Qualidade de Vida dos alunos. E essa afirmação se confirma através do que os alunos expressam em seus discursos.

Depois do recebimento me ajudou bastante, até porque eu, eu também morava em um lugar que era bem mais em conta com muita gente e não era nada legal, aí com o recebimento do auxílio eu me mudei para um lugar mais tranquilo, eu tinha meu lugar de estudo.

(Aluno 1)

Do tipo, do tipo assim: casa mesmo, antes eu estava morando em república, então eram 8 pessoas, mesmo para diminuir gastos.

(Aluno 2)

Para o aluno 1 sair de uma casa com muita gente e morar em um lugar mais tranquilo, foi importante para seus estudos, ele afirma ainda que não era legal morar assim. Embora não apareça explícito em sua fala, isso caracteriza uma melhoria da Qualidade de Vida. O mesmo apresenta o aluno 2 quando destaca que morava com 8 pessoa, isso apenas para conseguir reduzir gastos. Segundo Bampi et al. (2013) um dos fatores relevantes para a Qualidade de Vida do estudante é o relacionamento com os colegas de república o que pode interferir no sucesso de aprendizagem.

Tão importante quanto a moradia é o segundo fator citado no PNAES, a alimentação. Para os alunos morar bem e se alimentar são pontos essenciais para sua Qualidade de Vida e rendimento acadêmico.

Porque dá pra eu pagar aluguel, alimentação, então o auxílio é muito importante para mim. (Aluno 5)

Ele me dá condições para isso. E a Qualidade de Vida, é lógico, eu como, tenho minhas refeições, né? Eu tenho uma moradia é... digna. (Aluno 6)

Os alunos citados relacionam moradia e alimentação em um mesmo patamar, em uma mesma linha de importância. E o aluno 6 menciona, inclusive a relação destes fatores com sua Qualidade de Vida. Este termo reaparece nas falas em que os alunos se referem ao terceiro fator, qual seja, o acesso ao transporte.

É assim, melhorou muito a minha Qualidade de Vida, tinha muitas coisas que eu era limitada, limitada a fazer e com o recebimento do auxílio melhorou bastante, no caso de moradia, de transporte, tinham muitas atividades que eu deixava de participar muitas vezes porque eu não tinha dinheiro do transporte. (Aluno 1)

A questão de me ajudar até na questão do vale transporte, que eu te falei, que as vezes eu não tinha um vale transporte pra vir na faculdade duas vezes por dia o curso era diurno e eu não tinha como, as vezes eu perdia aula por causa disso. (Aluno 4)

O tema Qualidade de Vida aparece explícito na fala do aluno 1 quando trata da sua limitação por não possuir condições financeiras de utilizar meios transporte para atividades da universidade. Já o aluno 4 relata que teve o seu direito constitucional de ir e vir retirado por falta de renda suficiente para se locomover. Os gastos diversos que o estudante tem, podem interferir em seu rendimento acadêmico (SANTOS et al., 2001) e aqui os alunos confirmam que muitas vezes foram penalizados pela falta de acesso aos meios de transportes, o que lhes é garantido através do PNAES.

E por fim, o quarto fator do PNAES e o último que será levado em consideração nesta pesquisa, a saúde. Embora no IMS não exista um auxílio financeiro específico para a saúde, existe o auxílio na forma de acolhimento e encaminhamento a serviços de saúde quando necessário. Para o aluno 5 ele sempre foi bem atendido no sentido de marcação de exames e auxílio para obtenção de óculos. Ressalva-se, porém, que este é o único tipo de auxílio financeiro relacionado à saúde o que é alvo das queixas por parte dos alunos

Às vezes por exemplo na questão de saúde, eu preciso ir no médico, só que eu não tenho plano de saúde, então o que sobra da pra eu... tipo assim... sempre que sobra eu junto e tal e numa hora de necessidade...(Aluno 2)

Em relação a saúde, eu tive muito problema de saúde, mas esse auxílio da PROAE eu não recebi, não. A única coisa que eu recebi também, foi a questão do auxílio óculos, entendeu? (Aluno 6)

Ter acesso à serviços de saúde para o aluno dois, só através dos recursos próprios que conseguiu economizar para pagar um atendimento em serviços privados, o que revela, inclusive, certa dificuldade em conseguir atendimento pelo SUS. Já o aluno 6, mesmo que tenha tido muitos problemas de saúde, não se sentiu coberto pela assistência estudantil. Isso para ambos foi considerado um problema que trouxe transtornos que podem ter afetado sua Qualidade de Vida e também o rendimento acadêmico.

Para os alunos do IMS, os quatro fatores aqui citados podem interferir na sua permanência na universidade e para eles isso é responsabilidade da assistência estudantil como garante o PNAES. Nesse sentido, avaliam a assistência estudantil em suas falas.

Eu avalio como uma boa assistência. Porque eu vejo pelos meus colegas, né? As pessoas que eu tenho contato aqui na UFBA que vários mesmo tem o auxílio, várias pessoas. A gente sabe que é um número limitado, mas eu acredito que é uma política que ela conseguiu chegar pelo menos, se não em todos, que eu acho que é difícil, uma boa parcela dos estudantes aqui que realmente necessitam. (Aluno 2).

Eu... acredito que seja bastante satisfatória, porque... desde que eu recebo o auxílio, eu preciso de alguma coisa assim, eu sempre sou acolhida... eu acho que... pra mim é satisfatória. (Aluno 1).

Eu acho boa. Porque vai desde quando a gente precisa da ajuda de algum professor pra me ajudar na disciplinas. Eu também tive apoio financeiro e psicologia. Eu me sinto amparada na UFBA. (Aluno 3)

Segundo os alunos do IMS entrevistados nesta pesquisa, a assistência estudantil é boa e satisfatória, e sempre que buscaram atendimento foram bem atendidos e devidamente encaminhados. Porém, em sua maioria resumem a assistência em auxílios financeiros, não se referindo aos demais fatores recomendados pelo PNAES, como: inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010), o que pode ser decorrente do fato do IMS não investir suficientemente nesses aspectos do programa.

4.4.1 Assistência Estudantil e desempenho acadêmico

No IMS as questões que interferem na vida dos alunos não são diferentes e para eles a assistência estudantil foi fundamental para melhoria do seu rendimento acadêmico, o que é reafirmado através do coeficiente de rendimento dos mesmos, pois mais de 88% dos alunos participantes da pesquisa tiveram melhoras no seu rendimento acadêmico.

Se eu estivesse trabalhando, tivesse como meus colegas que dão aula, talvez meu rendimento estivesse pior pelo fato de estar com duas atenções. Então eu acho que eu teria muito mais dificuldade. Eu acredito que acaba sendo consequência de eu poder chegar em casa com mais tranquilidade para estudar. (Aluno 2)

Mas, é claro que quando se tem uma preocupação a menos, digamos assim, tem a cabeça mais livre de problemas e dá pra concentrar mais nos estudos. (Aluno 3)

Então isso proporcionou um crescimento e um amadurecimento maior pra mim. Com as atividades que eu tive tempo pra participar na universidade e isso foi devido ao auxílio financeiro que eu tenho que permitiu eu viver mais a universidade do que caso eu não tivesse, eu teria, nesse momento que eu estaria vivendo mais as oportunidades da universidade, eu estaria trabalhando. (Aluno 5)

Os alunos atribuem a melhora no rendimento acadêmico ao fato de por receber o auxílio financeiro, não precisarem trabalhar ou por não precisarem se preocupar com outras questões senão os estudos. Segundo o aluno 6, a melhora do seu rendimento acadêmico está nítida no seu histórico.

Sendo assim, a percepção dos alunos do IMS é de que a assistência estudantil interferiu positivamente no seu rendimento acadêmico e na sua permanência na universidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho constituiu-se na tentativa de compreender qual a importância da assistência estudantil na vida acadêmica dos alunos.

Para tanto, foi necessário buscar na literatura o significado do termo Qualidade de Vida, tomada nesse estudo como referencial para a análise das possíveis relações entre a QV e o desempenho acadêmico, entendido aqui como um processo que ultrapassa as notas obtidas nas avaliações das diversas disciplinas do currículo, ainda que estas sejam um indicador importante das decisões e progressões na vida acadêmica dos estudantes (OLIVEIRA, 2006).

Considerando, portanto, que fatores internos e externos à universidade podem interferir no desempenho do aluno, tratou-se de analisar a relação entre estes fatores, muitos dos quais são atualmente objeto das ações de Assistência estudantil ofertadas a partir do PNAE e as alterações nos coeficientes de rendimento dos alunos do Instituto Multidisciplinar em Saúde, Campus Anísio Teixeira, da Universidade Federal da Bahia beneficiários do programa

Embora o PNAES apresente em seus objetivos que as IFES desenvolvam atividades nas áreas de *moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação* (BRASIL, 2010), constatamos que no IMS são desenvolvidas as atividades voltadas para moradia, alimentação, transporte e creche, todas em forma de auxílio financeiro. Esse pode ser o motivo dos alunos mencionarem apenas recursos financeiros em suas falas, desprezando dessa forma as demais orientações do PNAES.

Por fim, para responder ao objetivo do trabalho, relacionou-se o rendimento acadêmico com a assistência estudantil. De acordo com as análises feitas com os coeficientes de rendimento dos alunos, no período pesquisado, houve melhora significativa por parte da maioria dos alunos após o recebimento do auxílio moradia. Porém, apenas as notas não foram capazes de afirmar que a melhoria do desempenho dos alunos foi devido ao recebimento dos auxílios. Surgiu então a necessidade de ouvir a percepção dos alunos.

Os alunos entrevistados relacionaram a melhoria do seu desempenho acadêmico ao recebimento dos auxílios, levando em consideração que após a

assistência estudantil, tiveram condições de uma moradia melhor, alimentação e transporte. Relataram ainda, que o fato de não precisarem trabalhar ou depender do sustento dos pais, deu a eles mais disposição para os estudos e oportunidade de participarem de atividades acadêmicas.

Dessa forma, podemos concluir que existe relação entre o recebimento dos auxílios e o rendimento acadêmico dos alunos, porém surgem outras questões: Somente a assistência estudantil interferiu no rendimento dos alunos? Quanto aos alunos que necessitavam, mas não receberam o auxílio, seus coeficientes de rendimento também sofreram alterações? A ausência das áreas do PNAES que não foram cobertas pelo IMS, não interferem no rendimento? Essas são questões que não são possíveis de responder através da presente pesquisa.

Por fim, esperamos que este estudo possa contribuir para o aprimoramento das ações de assistência estudantil, e que estimule outras discussões que venham resultar em estudos que objetivem acrescentar ao desenvolvimento e crescimento da assistência estudantil em primeira instância no IMS, na UFBA e nas IFES em geral.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade Nova: Textos Críticos e Esperançosos**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2007. 1v.
- ALMEIDA FILHO, Naomar; MARINHO, Maerbal Bittencourt Marinho; CARVALHO, Manoel José; SANTOS, Jocélio Teles. **Ações afirmativas na universidade pública: o caso da UFBA**. Centro de Estudo Afro-orientais da UFBA. Salvador, 2005.
- ALMEIDA FILHO, Naomar de et al, **Memorial da Universidade Nova**. Edufba, Salvador, 2010.
- BAMPI, Luciana Neves da Silva et al. Percepção sobre qualidade de vida de estudantes de graduação em enfermagem. **Revista Gaúcha Enfermagem**, Porto alegre, v.34, n.1, p. 125-132, Nov. 2013. Trimestral.
- BAQUEIRO, Dícíola Figueiredo de Andrade. **Equidade e eficácia na educação : contribuições da política de assistência estudantil para a permanência e desempenho discente**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo* São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Decreto 4.228 de 13 de maio de 2002. Estabelece o Programa Nacional de Ações Afirmativas. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4228.htm>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- BRASIL/PNAES. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 jul. 2010.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010, Brasília, DF. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento Final. Brasília, DF: MEC, 2010.
- COSTA, Simone Gomes. Dissertação de Mestrado: **A equidade na Educação Superior: uma análise das políticas de assistência estudantil**. 2010. 202. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- CUNHA, Simone Miguez; CARRILHO, Denise Madruga. O processo de adaptação ao ensino superior e o rendimento acadêmico. **Psicol. Esc. Educ**, v.9, n.2, p. 215224, 2005.

DANTAS, Rosana Aparecida Spadoti et. al. Pesquisa sobre qualidade de vida: revisão da produção científica das universidades públicas do estado de São Paulo. **Rev.. Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.11, n.4, p. 532-538, 2003.

DIAS, Maria Olivia. O Desenvolvimento e a qualidade de vida no centro da agenda atual – Duas realidades complementares. **Revista Gestão e desenvolvimento**, v.15. p. 3-19, 2008.

FARQUHAR, Morag. Elderly People's definitions of quality of life. **Soc. Sci. Med**, v. 41, n.10, p. 1439-1446, 1995.

FERREIRA, Marco. Determinantes do rendimento acadêmico. **Revista Internacional d'Humanitats**, Barcelona, v.15. p. 55-60, abr, 2009. Trimestral.

FIEDLER, Patrícia Tempski. **Avaliação da qualidade de vida do estudante de medicina e da influência exercida pela formação acadêmica**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Proposta do FONAPRACE para um Plano Nacional de Assistência aos estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior**. Recife – PE, 2001.

FONSECA, João José Saraiva da. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GORDIA, Alex Pinheiro et al. Qualidade de vida: contexto histórico, definição, avaliação e fatores associados. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**. Ponta Grossa – PR, v. 3, n. 1, p. 40-52, jun. 2011. Semestral.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed., São Paulo: Atlas, 2009

KLUTHCOVSKY, Ana Cláudia Garabei Cavalli; TAKAYANAGUI, Ângela Maria Magosso. Qualidade de vida – Aspectos conceituais. **Revista Salus**. Guarapuava – PR, v.1, n. 1, p. 13-15, jun 2007. Semestral.

LEAL, Carla Manuela da Silva. Reavaliar o conceito de qualidade de vida. Universidade dos Açores, 2008.

MACHADO, Carla Alexandre Martins. Dissertação de Mestrado: **Relação entre a Qualidade de Vida e a Acessibilidade aos Cuidados de Saúde Primária no Conselho de Ribeira de Pena**. 2013. 101. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, 2013.

MAGGIE, Yvonne; FRY, Peter. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. **Revista Enfoques**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 93 – 117, 2002.

MARCON, Frank. Distorções sociais no acesso ao ensino Público superior e os fundamentos da proposta de ações afirmativas da UFS. In: FRANK, Marcon; SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos (org.). **Ações Afirmativas e políticas**

inclusivas no ensino público superior: Experiência da universidade pública de Sergipe. São Cristóvão: Editora Ufs, 2010. Cap.2, p. 37– 56.

MINAYO, Maria Cecília de Souza.; HARTZ, Zulmira Maria Araujo; BUSS, Paulo Marchiori, Qualidade de vida e saúde:Um debate necessário. Ciências & saúde coletiva. São Paulo, v.1, n. 5, 7-18, 2000.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. O desafio do conhecimento. 11ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa. O contexto de emergência E de consolidação das políticas afirmativas na Universidade federal de Sergipe. In: FRANK,Marcon; SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos (org.). **Ações Afirmativas e políticas inclusivas no ensino público superior:** Experiência da universidade pública de Sergipe. São Cristóvão: Editora Ufs, 2010. Cap.1, p. 17-36.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa; LIMA, Marcus Eugênio Oliveira Lima. Percepções de justiça social e atitudes de Estudantes pré-vestibulandos e universitários Sobre as cotas para negros e pardos nas Universidades públicas. In: FRANK,Marcon; SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos (org.). **Ações Afirmativas e políticas inclusivas no ensino público superior:** Experiência da universidade pública de Sergipe. São Cristóvão: Editora Ufs, 2010. Cap.3, p. 56 - 102.

OLIVEIRA, José Ari Carletti de. **Qualidade de vida e desempenho acadêmico de graduandos.** 2006.223. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

OLIVEIRA, Josemar de Assis; CARVALHO, Olgamir Francisco; SOUZA, Sandra Katerine Almeida. Serviço Social Educação e trabalho: Breve análise da assistência estudantil no IFG – Campus Luziânia. **Observatório em debate**, n. 1, 151- 166, set. 2014.

OLIVEIRA, Raquel Aparecida de; CIAMPONE, Maria Helena Trench. A universidade como espaço promotor de qualidade de vida: Vivências e expressões dos alunos de enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, v.2, 254- 261, abr-jun, Florianópolis, 2006.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Relatório Mundial da Saúde 2008: Cuidados de Saúde Primários - Agora mais que nunca. Genebra: OMS, 2008.

PARO, César Augusto; BITTENCOURT, Zélia Zilda Lourenço de Camargo.

Qualidade de vida de graduandos na área de saúde. **Revista brasileira de educação médica**, v 3, 365-375, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry, Pesquisa Social – Métodos e Técnicas. 3 Ed., São Paulo: Atlas, 2008

SABOIA, Gilberto Vergne; PORTO, Alexandre José Vidal. **A conferência Mundial de Durban e o Brasil**. Disponível no site: <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-etextos/DH-Portugues03.pdf>

SANTOS, Luiza; ALMEIDA, Leandro S.. Vivências Acadêmicas e Rendimento Escolar: estudo com alunos universitários 1º ano. **Revista Análise Psicológica**, v. 2, 205 -217, 2001.

SEILD, Eliane Maria Fleury; ZANNON, Maria Lana da Costa. Qualidade de Vida e Saúde: aspectos conceituais e metodológicos. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 580-588, 2004.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-revista**, v.17, n.2, p. 599 -616, jul/ dez, Uberlândia – Mg 2010.

VIEIRA, Andréa Lopes da Costa. **Políticas de educação, educação como política**: observações sobre a ação afirmativa como estratégia política. Brasília, DF. Editora Inep/MEC, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Relação do CR e recebimento do auxílio

ALUNO	CURSO	CR - 1	CR - 2	MELHORA EM %	SITUAÇÃO	SAIDA	ANO/BOLSA
1.	PSICOLOGIA	7,71	9,27	20,2	GRADUADO	2014.2	2010
2.	FARMÁCIA	7,22	9,63	33,3	EM CURSO		2010
3.	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	7,45	9,88	32,6	GRADUADO	2013.2	2010
4.	NUTRIÇÃO				DESISTENTE DO CURSO	2011.1	2010
5.	ENFERMAGEM	4,7	9,29	97,6	GRADUADO	2015.1	2010
6.	BIOTECNOLOGIA	4,31	8,83	104,8	EM CURSO		2010
7.	NUTRIÇÃO	6,54	6,94	6,1	EM CURSO		2010
8.	FARMÁCIA	4,69	6,22	32,6	EM CURSO		2010
9.	PSICOLOGIA	6,59	8,07	22,4	GRADUADO	2014.2	2011
10.	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	4,39	9,2	109,5	GRADUADO	2014.2	2011
11.	FARMÁCIA	7,35	7,01	-4,6	EM CURSO		2011
12.	ENFERMAGEM				Mat. Susp. Irreg. Cert. 2º	2013.1	2011
13.	NUTRIÇÃO	6,04	6,65	10	EM CURSO		2011
14.	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	4,37	6,25	43	EM CURSO		2011
15.	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	4,58	7,08	54,5	GRADUADO	2015.1	2011
16.	PSICOLOGIA	5,5	7,92	44	EM CURSO		2011
17.	ENFERMAGEM				VAGA CANC. - LEI 12.089/09		2011
18.	BIOTECNOLOGIA	4,65	6,74	45	EM CURSO		2013
19.	PSICOLOGIA	6,59	8,07	22,4	GRADUADO	2014.2	2011
20.	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	2,67	6,49	143	EM CURSO		2012
21.	ENFERMAGEM	4,68	8,35	78,4	EM CURSO		2012
22.	NUTRIÇÃO	5,9	6,64	12,5	EM CURSO		2012
23.	PSICOLOGIA	8,17	8,44	3,3	EM CURSO		2012
24.	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	3,7	7,91	113,7	GRADUADO	2014.2	2012
25.	FARMÁCIA	5,81	9,73	67,4	EM CURSO		2012

26.	BIOTECNOLOGIA	6,04	8,15	34,9	GRADUADO	2015.1	2013
27.	BIOTECNOLOGIA	5,41	9,45	74,6	GRADUADO	2014.2	2013
28.	PSICOLOGIA	8,11	8,9	9,7	GRADUADO	2014.2	2013
29.	FARMÁCIA	7,97	9,05	13,5	GRADUADO	2014.2	2013
30.	ENFERMAGEM				VAGA CANC. - LEI 12.089/09	2015.1	2010
31.	PSICOLOGIA	7,5	9,38	25	GRADUADO	2014.2	2014
32.	ENFERMAGEM	6,07	9,57	57,6	GRADUADO	2015.1	2014
33.	ENFERMAGEM	5,84	9,7	66	GRADUADO	2015.1	2014
34.	PSICOLOGIA	8,18	9,61	17,4	GRADUADO	2014.2	2010

Fonte: Elaborado pela autora

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**
Instituto Multidisciplinar em Saúde
Campus Anísio Teixeira**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa OS IMPACTOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO RENDIMENTO ACADÊMICO DOS DISCENTES DO INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR EM SAÚDE, CAMPUS ANÍSIO TEIXEIRA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.
2. Você foi selecionado por ter recebido o auxílio moradia em 2010 e sua participação não é obrigatória.
3. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.
4. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição
5. Os objetivos deste estudo são:
 - Analisar a Política Nacional de Assistência Estudantil, seus alcances e sua implementação no *campus* Anísio Teixeira.
 - Caracterizar os alunos beneficiados pela Política de Assistência estudantil.
 - Analisar o percurso percorrido pelos alunos atendidos pela Política de Assistência Estudantil através do coeficiente de rendimento.
6. Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar da entrevista.
7. Não existe riscos relacionados com sua participação.
8. Os benefícios relacionados com a sua participação são de confirmar os dados obtidos através de documentos secundários.
9. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.
10. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação
11. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço eletrônico do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o Projeto de Pesquisa de sua participação, agora ou a qualquer momento.

Márcia Cristina Carvalho Ferreira da Costa

77 3429-2711 / marcris@ufba.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia – UFBA que funciona no Instituto Multidisciplinar em Saúde – IMS, *campus* Anísio Teixeira - CAT localizado na Rua Rio de Contas, n 58, Bairro Candeias, Vitória da Conquista – BA.

Vitória da Conquista, _____ de _____ de _____

Sujeito da pesquisa

APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Instituto Multidisciplinar em Saúde

Campus Anísio Teixeira

OS IMPACTOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO RENDIMENTO ACADÊMICO DOS DISCENTES DO INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR EM SAÚDE, CAMPUS ANÍSIO TEIXEIRA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

ENTREVISTA

1. Para você qual a importância dos auxílios da assistência estudantil?
2. Que mudanças você percebeu em sua qualidade de vida após passar a receber o benefício?
3. Você atribui alteração no seu rendimento acadêmico após o recebimento da assistência estudantil através da bolsa moradia?
4. Se teve, como relaciona esse fator ao recebimento do auxílio?
5. Como você avalia hoje a assistência estudantil no IMS?

ANEXOS

ANEXO A – EDITAL DE SELEÇÃO DE AUXÍLIOS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil

UFBA | 70 ANOS

EDITAL Nº07/2016

INSCRIÇÃO E SELEÇÃO PARA BENEFÍCIOS DA PROAE - 2016.1

VITÓRIA DA CONQUISTA

A Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da Universidade Federal da Bahia, no uso de suas atribuições, torna público o processo seletivo para os benefícios: Auxílio Moradia, Serviço de Alimentação, Auxílio Transporte e Auxílio a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais em Vitória da Conquista, em conformidade com o Decreto do PNAES Nº 7234/2010.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. A inscrição consiste no preenchimento do formulário socioeconômico, disponível no Anexo 2 deste edital, anexando-se a este os documentos solicitados no Anexo 1, entregues em envelope lacrado.

1.1.1. A inscrição poderá ser realizada no período de 04.07.2016 a 13.07.2016, presencialmente ou através dos Correios.

1.1.1.1. A inscrição presencial será realizada com a entrega do envelope na sala da COAE/TMS das 08 às 17h;

1.1.1.2. Através dos Correios, se dará por SEDEX ou Carta Registrada, com carimbo datado até o último dia útil do prazo definido, de acordo com o item 1.1.1. No envelope devem constar o nome, matrícula do/a candidato/a, endereço, telefone, e-mail e benefício solicitado em primeira opção;

1.1.1.3. Endereço para inscrição presencial ou envio pelos Correios:

Coordenação de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (COAE) / Campus Anísio Teixeira – Instituto Multidisciplinar em Saúde
Pavilhão Administrativo
Rua Rio de Contas, 58, Quadra 17, Lote 58
Bairro Candeias | CEP: 45.029-094

1.1.1.4. A inscrição poderá ser solicitada pelo/a candidato/a ou através de procurador munido de procuração simples assinada pelo/a candidato/a.

1.1.2. O/a estudante poderá solicitar mais de 1 (um) tipo de benefício ofertados pela PROAE.

1.1.2.1. Para solicitar mais de um benefício o estudante deverá, no preenchimento do formulário socioeconômico, apontar suas opções conforme item VI;

1.1.2.2. A seleção, para este edital, priorizará o tipo de benefício indicado como 1ª opção;

1.1.2.3. Serão beneficiados cumulativamente com outros tipos de benefícios sinalizados nas demais opções, caso haja disponibilidade de vagas após conclusão da análise do respectivo edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil

UFBA | 70 ANOS

1.1.3. O envelope com a solicitação de inscrição deverá ser entregue lacrado e conter documentos (Anexo 1) organizados por membro familiar descritos na "Seção IX - da composição familiar" do formulário socioeconômico (Anexo 2).

1.1.3.1. As orientações para preenchimento poderão ser encontradas no site www.proae.ufba.br e www.ims.ufba.br.

1.1.4. O estudante que realizar entrega parcial de documentação, documentos oficiais, procurações ou documentos adicionais fora do prazo de validade, invalidados por conservação ou incompatibilidade com as exigências deste Edital terá seu pedido automaticamente indeferido.

1.1.4.1. Nas situações em que o candidato não dispuser e ou estiver impossibilitado de apresentar quaisquer documentos, deverá elaborar uma declaração devidamente datada e assinada com a justificativa, a ser entregue na inscrição. Esses casos serão avaliados pela Coordenação de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (COAE);

1.1.4.2. Nos casos da falta dos documentos de identificação pessoal do estudante e/ou dos membros da família, serão aceitas declarações sobre o motivo desta, emitidas por órgãos públicos dentro do prazo de 180 dias até a data da solicitação de inscrição.

1.2. Fica eleita a Coordenação de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (COAE) e os endereços eletrônicos www.proae.ufba.br e www.ims.ufba.br para divulgações e informações acerca deste edital.

1.2.1. Será de inteira responsabilidade do/a candidato/a o acompanhamento e consulta para verificação de prazos e resultados deste Edital.

1.2.2. A inscrição no processo seletivo implica conhecimento do conteúdo integral deste Edital.

1.2.3. A sede da COAE fica situada na Rua Rio de Contas, 58, Quadra 17, Lote 58. Bairro Candeias | CEP: 45.029-094.

2. DOS REQUISITOS:

2.1. Para fins de inscrição, elegibilidade e manutenção do acesso dos beneficiários gerenciados por esta Pró-Reitoria é necessário atender a totalidade dos requisitos abaixo listados:

2.1.1. Estar regularmente matriculado em curso de graduação presencial da UFBA;

2.1.2. Não ter vínculo empregatício de qualquer natureza;



2.1.3. Pertencer a família em situação de vulnerabilidade socioeconômica, cuja renda familiar per capita seja de até um salário-mínimo e meio (1,5) mensal.

2.1.3.1. Por renda mensal per capita entende-se o valor total dos rendimentos da família (renda bruta), dividido pelo número de dependentes. Não serão integrados aos cálculos de renda: programas sociais (Bolsa Família, Bolsa Estiagem, Garantia Saíra, BPC, Brasil Carinhoso entre outros), auxílios para alimentação e transporte, diárias e reembolsos de despesas; adiantamentos e antecipações; estornas e compensações referentes a períodos anteriores; indenizações decorrentes de contratos de seguros; indenizações por danos materiais e morais por força de decisão judicial;

2.1.3.2 A realização de inscrição em situação de contradição; incompatibilidade ou irregularidade com qualquer dos requisitos, bem como sob omissões de declarações necessárias, prestação de falsas declarações ou qualquer conduta de prejuízo aos requisitos ou má fé justificará:

- a suspensão ou cancelamento imediato de acesso a benefícios gerenciados por esta Pró-Reitoria, sem prévio aviso;
- encaminhamento de processos administrativos internos de apuração e responsabilização.

2.2 O descumprimento ou incompatibilidade com um ou mais requisitos acima relacionados terá caráter eliminatório.

2.3. Efetivar a renovação semestral nos prazos e termos estabelecidos pela legislação e pelo Edital específico.

3. DA DESCRIÇÃO DO TIPO DE BENEFÍCIO

3.1. **Auxílio Moradia:** oferece subsídio pecuniário mensal, no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais), destinado ao suporte para custear parte das despesas com moradia até a conclusão da primeira graduação. Os estudantes contemplados com Auxílio Moradia terão garantidas uma refeição diária (almoço) no Ponto de distribuição, e a opção de complementação financeira para subsidiar até 02(duas) refeições (café da manhã e /ou ceia), no valor de até R\$230,00 (duzentos e trinta reais).

3.2. **Auxílio Transporte:** Subsídio pecuniário mensal no valor de R\$ 101,00 (cento e um reais), referente ao valor de 3 meias-passagens, de ônibus urbano de Vitória da Conquista, para seis dias semanais, de acordo com o valor vigente no ano, destinado a contribuir para parte do custeio das despesas de deslocamento do estudante para atividades acadêmicas regulares. Os estudantes contemplados com Auxílio Transporte terão garantidas uma refeição diária (almoço) no Ponto de distribuição

3.3. **Auxílio Alimentação:** Subsídio pecuniário mensal no valor de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) destinado ao suporte para custear até 02(duas) refeições (café da manhã e/ ou ceia) até a conclusão da primeira graduação. Os estudantes contemplados com Auxílio Alimentação terão garantidas uma refeição diária (almoço) no Ponto de distribuição;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil

UFBA | 70 ANOS

3.4. Auxílio Creche: Subsídio pecuniário mensal no valor de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) por filho, destina a contribuir com parte do custeio das despesas com cuidado e assistência aos filhos de 0 a 3 anos e 11 meses. Os estudantes contemplados com Auxílio Creche terão garantidas uma refeição diária (almoço) no Ponto de distribuição;

3.5. Auxílio a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais: Subsídio pecuniário mensal, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), destinado a dar suporte à qualificação e manutenção do vínculo com a Universidade dos estudantes de graduação que apresentem deficiência física, intelectual ou sensorial (auditiva ou visual), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Os estudantes contemplados com este auxílio também terão garantidas uma refeição diária (almoço) no Ponto de distribuição

3.5.1. Os estudantes que obtiverem acesso a este benefício terão opção de complementação financeira para subsidiar até 02 (duas) refeições (café da manhã e /ou ceia) até R\$230,00 (duzentos e trinta reais);

4. DA QUANTIDADE DE VAGAS BENEFÍCIOS VAGAS

BENEFÍCIO	VAGAS
Auxílio Moradia	22
Auxílio Alimentação	10
Auxílio Transporte	04
Creche	01
Auxílio ao Estudante com Necessidades Educativas Especiais	02

4.1. A classificação na seleção obedecerá ao nível de vulnerabilidade socioeconômica. Em caso de ampliação dos benefícios e/ou surgimentos de vagas os/as candidatos/as serão convocados através de segunda chamada de acordo com a ordem de classificação durante o semestre da seleção.

5. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1. A seleção será realizada pela Coordenação de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil - COAE, podendo ocorrer em até quatro etapas:

5.1.1. Solicitação de inscrição: conforme descrita no item 1 deste edital;

5.1.2. Análise documental pela COAE;

5.1.3. Entrevista Social a ser realizada em caráter facultativo pelo/a assistente social.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil

UFBA | 70 ANOS

5.1.4. Visita domiciliar a ser realizada ou designada, em caráter excepcional pela COAE.

5.2. Perderá o direito ao benefício, a qualquer tempo, o requerente que apresentar documentação falsa ou falsificada, bem como aquele que prestar informações incorretas, usando de má-fé no ato da inscrição, ou que deixe de cumprir qualquer ato exigido durante o processo de seleção.

5.2.1. As informações particulares prestadas pelo requerente terão caráter reservado, sendo destinadas exclusivamente para fins de seleção.

5.2.2. Ressalvados os casos legais, a COAE não deverá divulgar, ou prestar a alguém, informações sobre dados pessoais de cadastrados ou requerentes, sem consentimento destes.

6. DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO

6.1. Os resultados finais serão divulgados a partir do dia 08/08/2016 na Coordenação de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (COAE) e nos endereços eletrônicos www.proae.ufba.br e www.ims.ufba.br.

6.2. Poderá o requerente solicitar, ao final de cada processo de seleção, o parecer conclusivo de sua análise.

6.3. Ao estudante participante do processo seletivo cabe o direito de impetrar recurso junto à PROAE.

6.3.1 O recurso deverá ser apresentado, em formato de formulário próprio, disponível em www.proae.ufba.br ou www.ims.ufba.br, na Coordenação de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (COAE), em horário e endereço dispostos nos subitens do item 1 deste Edital.

7. DA POSSE DA VAGA

7.1. Os estudantes contemplados com benefícios deste edital deverão comparecer à Coordenação de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (COAE) de 09/08 a 17/08/2016 para posse da vaga, que está condicionada ao cumprimento dos seguintes procedimentos:

7.1.1. Na data da posse o estudante deverá estar de posse de seus dados bancários (agência e conta);

7.1.2. Todos os selecionados devem preencher formulário financeiro que será disponibilizado no ato da posse;

7.1.3. Participar da reunião de acolhimento do benefício para o qual foi selecionado;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil

UFBA | 70 ANOS

7.1.4. O calendário das reuniões de acolhimento será divulgado juntamente com o resultado da seleção.

8. DA RENOVAÇÃO DO BENEFÍCIO

8.1. Anualmente cada estudante contemplado com benefício deverá, através de requerimento próprio, renovar o direito ao benefício.

8.1.1. A COAE, através de publicação de edital específico e amplamente divulgado, deverá definir o período para o encaminhamento de renovação.

8.2 A COAE poderá solicitar a qualquer tempo, mediante denúncia ou por iniciativa própria, o comparecimento de estudante para ratificação de sua situação de vulnerabilidade socioeconômica.

9. CRONOGRAMA

ATIVIDADE	PERÍODO
Inscrições e entregas de documentos	04 a 19/07/2016
Resultados	04/08/2016
Posse da vaga	05 a 11/08/2016
Interposição de Recursos	15 a 17/08/2016
Resultado dos Recursos	24/08/2016

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Os documentos solicitados para inscrição nesse edital deverão ser apresentados em cópias sem necessidade de autenticação, com exceção das declarações que deverão ser entregues em originais. A lista de documentos encontra-se apensada no Anexo I desse Edital.

10.2. Não serão aceitos documentos entregues fora do prazo, exceto quando solicitados pela COAE.

10.2.1 O estudante que se declarar financeiramente independente deverá também apresentar documentação referente à família.

10.2.2. Durante o processo seletivo poderão ser solicitados documentos originais, cópias autenticadas, bem como outros documentos não listados no Anexo I deste edital, necessários à análise da vulnerabilidade socioeconômica.

10.3. Estudantes selecionados para benefício de caráter pecuniário que não possuam conta corrente em banco, devem providenciar a abertura das mesmas para o recebimento dos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil

UFBA | 70 ANOS

benefícios. Essas contas devem ter o estudante como titular. O prazo limite para apresentação dos dados bancários é o da posse da vaga.

10.4. Para efeito desse edital, são consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, as quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

10.4.1. A comprovação das deficiências para os pleiteantes às vagas de Auxílio a Estudantes com Necessidades Educativas Especiais, deverá ocorrer mediante apresentação de relatório médico e/ou de profissional correlato habilitado.

10.5. A qualquer tempo poderão ser efetuadas pela COAE, novas entrevistas, visitas domiciliares e/ou solicitação de documentação para acompanhamento da situação do/da estudante beneficiado/da.

10.6. As informações prestadas no formulário socioeconômico (ver anexo 2), bem como a documentação apresentada são de inteira responsabilidade do estudante. A inveracidade e/ou omissão de informações acarretará a suspensão do estudante do benefício, independente da época em que for constatada a irregularidade.

10.7. Todos os estudantes com comprovada vulnerabilidade socioeconômica que se inscreverem para este processo seletivo serão incluídos, automaticamente, no cadastro geral da PROAE, independentemente do resultado da seleção para os benefícios constantes no item 3 deste edital.

10.8. Os casos omissos ou, que por ventura, permita interpretações diversas sobre o mesmo assunto neste Edital serão resolvidos pela COAE/PROAE.

Salvador, 15 de junho de 2016.

CÁSSIA VIRGÍNIA BASTOS MACIEL
 Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil - UFBA

ANEXO B – QUESTIONÁRIO SOCIOECONOMICO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
 COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE
 Anexo 2

FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO					
I – IDENTIFICAÇÃO					
Nome:				Gênero:	
Nome Social:				<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M	
RG	CPF	DATA DE NASCIMENTO	Cidade/Estado		
			<input type="checkbox"/> Zona Urbana <input type="checkbox"/> Zona Rural		
ESTADO CIVIL: <input type="checkbox"/> SOLTEIRO(A) <input type="checkbox"/> CASADO(A) <input type="checkbox"/> SEPARADO(A)/ DIVORCIADO(A) <input type="checkbox"/> VIÚVO(A) <input type="checkbox"/> UNIÃO ESTÁVEL			Número de Filhos:	Outros Dependentes:	
Curso	Semestre	Matrícula SGC	Telefone	Celular	
VOCÊ FEZ OPÇÃO PELA RESERVA DE VAGAS DO SISTEMA DE COTAS DA UFBA? Sim, Qual? () A () AM () B () BM () D () NÃO – AMPLA CONCORRÊNCIA					
RAÇA/COR/ETNIA: () BRANCA () PRETA () PARDA () AMARELA () INDÍGENA					
ENDEREÇO COMPLETO:				BAIRRO	
CEP	CIDADE DE MORADIA ATUAL:		EMAILS		
Nome do Pai:				<input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Falecido	
Profissão:		Local de Trabalho:		Escolaridade:	
<input type="checkbox"/> Assalariado		<input type="checkbox"/> Proprietário de peq. empresa		<input type="checkbox"/> Aposentado	
<input type="checkbox"/> Pensionista		<input type="checkbox"/> Dono de peq. propriedade rural:		Hectares:	<input type="checkbox"/> Servidor Público
<input type="checkbox"/> Empregado de propriedade rural de outro			<input type="checkbox"/> Desempregado		
<input type="checkbox"/> Sem registro na carteira/Mercado informal. Especifique:					
<input type="checkbox"/> Autônomo. Especifique:			<input type="checkbox"/> Outro. Especifique:		
Renda Mensal: _____					
Endereço Completo do Pai:				<input type="checkbox"/> Zona Urbana <input type="checkbox"/> Zona Rural	
Rua: _____					
CEP	CIDADE		Telefone		
Estado Civil do Pai: <input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> V <input type="checkbox"/> O		Tipo de Residência: <input type="checkbox"/> Casa <input type="checkbox"/> Sítio <input type="checkbox"/> Apartamento		Situação do Imóvel <input type="checkbox"/> Próprio <input type="checkbox"/> Financiado: _____ <input type="checkbox"/> Cedido <input type="checkbox"/> Alugado: _____	
Nome da Mãe:				<input type="checkbox"/> Viúva <input type="checkbox"/> Falecida	
Profissão:		Local de Trabalho:		Escolaridade:	
<input type="checkbox"/> Assalariada		<input type="checkbox"/> Proprietária de peq. empresa		<input type="checkbox"/> Aposentada	
<input type="checkbox"/> Pensionista		<input type="checkbox"/> Dona de peq. propriedade rural:		Hectares:	<input type="checkbox"/> Servidora Pública
<input type="checkbox"/> Empregada de propriedade rural de outro			<input type="checkbox"/> Desempregada		
<input type="checkbox"/> Sem registro na carteira/Mercado informal. Especifique:					
Renda Mensal: _____					
Endereço Completo do Pai:				<input type="checkbox"/> Zona Urbana <input type="checkbox"/> Zona Rural	
Rua: _____					
CEP	CIDADE		Telefone		

Estado Civil do Pai: <input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> V <input type="checkbox"/> O	Tipo de Residência: <input type="checkbox"/> Casa <input type="checkbox"/> Sítio <input type="checkbox"/> Apartamento	Situação do Imóvel <input type="checkbox"/> Próprio <input type="checkbox"/> Financiado: <input type="checkbox"/> Cedido <input type="checkbox"/> Alugado:
NOME DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO (A) DO CANDIDATO (A): <input type="checkbox"/> VIVO <input type="checkbox"/> FALECIDO		
PROFISSÃO _____ LOCAL DE TRABALHO _____ RENDA MENSAL _____ <input type="checkbox"/> ASSALARIADO(A) <input type="checkbox"/> EMPREGADOR(A) <input type="checkbox"/> APOSENTADO(A) <input type="checkbox"/> AUTÔNOMO(A) <input type="checkbox"/> DESEMPREGADO(A) <input type="checkbox"/> PENSIONISTA		
II – DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS E FINANCEIROS DO (A) CANDIDATO (A)		
ENSINO MÉDIO <input type="checkbox"/> PARTICULAR <input type="checkbox"/> PÚBLICO <input type="checkbox"/> PÚBLICO-PARTICULAR		CURSO PRÉ-VESTIBULAR <input type="checkbox"/> PARTICULAR <input type="checkbox"/> BOLSA <input type="checkbox"/> NENHUM
FREQUENTA OUTRO CURSO SUPERIOR? <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, qual? ONDE? Caso seja em universidade privada, é estudante bolsista? <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, ESPECIFIQUE _____		CONCLUIU ALGUM CURSO SUPERIOR? <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, QUAL? ONDE?
ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS DO (A) CANDIDATO (A) <input type="checkbox"/> TRABALHO COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO RENDA MENSAL _____ FONTE PAGADORA _____ <input type="checkbox"/> TRABALHO SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO RENDA MENSAL _____ FONTE PAGADORA _____ <input type="checkbox"/> BOLSA <input type="checkbox"/> ESTÁGIO <input type="checkbox"/> MESADA <input type="checkbox"/> OUTROS, ESPECIFIQUE: _____		
MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PELO (A) CANDIDATO (A) PARA CHEGAR A UNIVERSIDADE <input type="checkbox"/> A PÉ/DE CARONA/DE BICICLETA <input type="checkbox"/> ÔNIBUS <input type="checkbox"/> TRANSPORTE PRÓPRIO (CARRO, MOTO, ETC) <input type="checkbox"/> TRANSPORTE LOCADO (PREFEITURA E/OU ESCOLAR) <input type="checkbox"/> OUTROS, ESPECIFIQUE _____		
EM MÉDIA, QUANTAS REFEIÇÕES DIÁRIAS VOCÊ FAZ?	VOCÊ POSSUI ALGUM TIPO DE DEFICIÊNCIA? <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, qual? _____	
QUAL SUA SITUAÇÃO ATUAL DE MORADIA?		
<input type="checkbox"/> COM O PAI, COM A MÃE OU AMBOS <input type="checkbox"/> COM CÔNJUGE <input type="checkbox"/> CASA DE FAMILIARES <input type="checkbox"/> PENSÃO/PENSIONATO <input type="checkbox"/> MORADIA MANTIDA PELA FAMÍLIA <input type="checkbox"/> CASA DE AMIGOS		
<input type="checkbox"/> MORADIA PERTENCENTE E/OU MANTIDA PELO MUNICÍPIO DE ORIGEM		
<input type="checkbox"/> OUTRAS MORADIAS COLETIVAS (RELIGIOSAS, ALBERGUES PÚBLICOS, ABRIGOS)		
<input type="checkbox"/> OUTROS, ESPECIFIQUE: _____		
SEU MUNICÍPIO OFERECE ALGUM TIPO DE MORADIA ESTUDANTIL PARA ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO EM SALVADOR? <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, QUAL? _____		
III - DA FAMÍLIA		
Quem é o(a) principal mantenedor(a) de sua família (a pessoa que mais contribui com a renda para a subsistência familiar)?		
<input type="checkbox"/> VOCÊ MESMO(A) <input type="checkbox"/> CÔNJUGE <input type="checkbox"/> PAI <input type="checkbox"/> MÃE <input type="checkbox"/> IRMÃO/IRMÃ		
<input type="checkbox"/> PADRASTO <input type="checkbox"/> MADRASTA <input type="checkbox"/> AVÓ/AVÔ <input type="checkbox"/> OUTRA PESSOA ESPECIFIQUE: _____		
QUANTAS PESSOAS, INCLUINDO VOCÊ, VIVEM DA RENDA MENSAL DE SUA FAMÍLIA?		
EXISTE ALGUÉM DA FAMÍLIA EM REGIME RECLUSÃO? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		
CASO SUA FAMÍLIA SEJA ATENDIDA POR UM OU MAIS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA, ASSINALE ABAIXO: <input type="checkbox"/> BOLSA FAMÍLIA <input type="checkbox"/> BPC – BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA <input type="checkbox"/> OUTROS, ESPECIFIQUE _____		
POSSUI DIAGNÓSTICO DE DOENÇA NA FAMÍLIA <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, QUAL? _____		
<input type="checkbox"/> ESTUDANTE <input type="checkbox"/> FAMILIAR, GRAU DE PARENTESCO? _____		

TEVE OU TEM PROBLEMA COM O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM		
<input type="checkbox"/> ESTUDANTE <input type="checkbox"/> FAMILIAR, GRAU DE PARENTESCO? _____		
TEVE OU TEM ALGUM TRANSTORNO MENTAL (ex. depressão, crise de ansiedade, esquizofrenia, etc.): <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM		
<input type="checkbox"/> ESTUDANTE <input type="checkbox"/> FAMILIAR, GRAU DE PARENTESCO? _____		
TEVE OU TEM ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO OU PSIQUIÁTRICO: <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM		
<input type="checkbox"/> ESTUDANTE <input type="checkbox"/> FAMILIAR, GRAU DE PARENTESCO? _____		
Informe os bens de propriedade da família (imóveis, veículos – especifique ano e modelo, propriedades rurais – especifique extensão em hectares, etc)		

IV - CONDIÇÕES DE MORADIA DA FAMÍLIA		
SUA FAMÍLIA MORAR NUM IMÓVEL:		
<input type="checkbox"/> PRÓPRIO <input type="checkbox"/> CEDIDO <input type="checkbox"/> FINANCIADO R\$ _____ <input type="checkbox"/> ALUGADO R\$ _____		
INFORME SOBRE A MORADIA DE SUA FAMÍLIA:		
1) QUAL A DISTÂNCIA ENTRE A MORADIA DE SUA FAMÍLIA E SUA UNIVERSIDADE?		
<input type="checkbox"/> ATÉ 10 KM <input type="checkbox"/> 11 A 50 KM <input type="checkbox"/> 51 A 100 KM <input type="checkbox"/> 101 A 150 KM		
<input type="checkbox"/> 201 A 250 KM <input type="checkbox"/> 251 A 300 KM <input type="checkbox"/> 301 A 500 KM <input type="checkbox"/> ACIMA DE 500 KM		
2) TEM ENERGIA ELÉTRICA? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		
3) COMO OCORRE O ABASTECIMENTO DE ÁGUA?		
<input type="checkbox"/> POÇO OU NASCENTE <input type="checkbox"/> EMPRESA DE TRATAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA		
<input type="checkbox"/> OUTROS, ESPECIFIQUE: _____		
4) TEM SANITÁRIO? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		
5) TEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO (O ESGOTO DO DOMÍLIO É LIGADO À REDE COLETORES E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE UMA EMPRESA ESGOTAMENTO)? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		
EM CASO NEGATIVO, INFORME PARA ONDE É DIRECIONADO O ESGOTO:		
<input type="checkbox"/> FOSSA <input type="checkbox"/> RIO/LAGO/MAR <input type="checkbox"/> VALA <input type="checkbox"/> OUTROS, ESPECIFIQUE: _____		
6) TEM COLETA DE LIXO? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		
EM CASO NEGATIVO, INFORME COMO É DESCARTADO O LIXO:		
<input type="checkbox"/> QUEIMADO <input type="checkbox"/> ENTERRADO <input type="checkbox"/> LOGADO EM TERRENO BALDIO <input type="checkbox"/> OUTROS, ESPECIFIQUE: _____		
7) HÁ NORMATÓRIOS UTILIZADOS POR MAIS DE DOIS MORADORES? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		
V - DESPESAS DO CANDIDATO E DA FAMÍLIA		
DESPESA	VALOR MENSAL	
	CANDIDATO	FAMÍLIA
ÁGUA		
ENERGIA ELÉTRICA		
TELEFONE FIXO		
TELEFONE CELULAR		
INTERNET		
ALUGUEL/FINANCIAMENTO		
PTU		
CONDOMÍNIO		

IX - COMPOSIÇÃO FAMILIAR										
NOME COMPLETO	IDADE	PARENTESCO	ESTADO CIVIL	TRABALHA?	TEM CARTEIRA DE TRABALHO E PREV. ASSINADA?	RENDA MENSAL R\$	É PESSOA COM DEFICIÊNCIA?	ESCOLARIDADE		
								é estudante?	Nível	Qual semestre/ano?
				(SIM (NÃO	(SIM (NÃO		(NÃO (SIM Qual? _____	(SIM (NÃO	(NÃO ALFABETIZADO (FUNDAMENTAL (ENSINO MÉDIO (ENSINO SUPERIOR (OUTROS _____	
				(SIM (NÃO	(SIM (NÃO		(NÃO (SIM Qual? _____	(SIM (NÃO	(NÃO ALFABETIZADO (FUNDAMENTAL (ENSINO MÉDIO (ENSINO SUPERIOR (OUTROS _____	
				(SIM (NÃO	(SIM (NÃO		(NÃO (SIM Qual? _____	(SIM (NÃO	(NÃO ALFABETIZADO (FUNDAMENTAL (ENSINO MÉDIO (ENSINO SUPERIOR (OUTROS _____	
				(SIM (NÃO	(SIM (NÃO		(NÃO (SIM Qual? _____	(SIM (NÃO	(NÃO ALFABETIZADO (FUNDAMENTAL (ENSINO MÉDIO (ENSINO SUPERIOR (OUTROS _____	
				(SIM (NÃO	(SIM (NÃO		(NÃO (SIM Qual? _____	(SIM (NÃO	(NÃO ALFABETIZADO (FUNDAMENTAL (ENSINO MÉDIO (ENSINO SUPERIOR (OUTROS _____	
				(SIM (NÃO	(SIM (NÃO		(NÃO (SIM Qual? _____	(SIM (NÃO	(NÃO ALFABETIZADO (FUNDAMENTAL (ENSINO MÉDIO (ENSINO SUPERIOR (OUTROS _____	
				(SIM (NÃO	(SIM (NÃO		(NÃO (SIM Qual? _____	(SIM (NÃO	(NÃO ALFABETIZADO (FUNDAMENTAL (ENSINO MÉDIO (ENSINO SUPERIOR (OUTROS _____	